



Carência na fartura

Descarga de 10 mil toneladas na Cesa em Porto Alegre ilustra a ambigüidade do momento de alta produção e má distribuição de alimentos. Especialistas alertam para as conseqüências das políticas adotadas para a atual crise: moratória ou consenso intergovernamental. Página central

FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

VOLUNTÁRIOS

Alunos da UFRGS atuam em cursinhos populares

Página 7



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

CRISE ARGENTINA

RETENÇÕES ÀS EXPORTAÇÕES DE GRÃOS

Cristina Kirchner enviou o projeto de lei das alíquotas móveis sobre as exportações para votação no Senado argentino, tentando apaziguar a insatisfação da população. Ruralistas realizaram bloqueios nas estradas, provocando o desabastecimento que mobilizou mais protestos. Mas o governo não imaginava que fosse perder pelas mãos do aliado: Julio Cobos. O vice-presidente não suportou a pressão das entidades rurais, que conseguiram dividir o país entre os partidários dos Kirchner e os do Campo. Página 10

MEIO AMBIENTE

Polêmica em torno do plantio de eucaliptos no estado continua acesa

Apesar de anunciado pelo governo de Yeda Crusius como a solução para a difícil situação econômica da Metade Sul do estado, o projeto de implementar um pólo produtor de celulose continua recebendo fortes críticas por parte de ambientalistas e professores universitários. Apresentado em 2004, o plano está cercado por polêmicas desde o início. As três principais empresas envolvidas prometem investir 10,7 bilhões de reais no Rio Grande do Sul até 2010, o que, segundo o governo, geraria

16 mil empregos diretos e o aumento de 20% na arrecadação de impostos. Ativistas e pesquisadores, no entanto, rebatem os argumentos oficiais, afirmando que o plantio de eucaliptos em larga escala, além de causar perigosos danos ambientais, não deve alavancar um ciclo de desenvolvimento econômico na região. Eles também acusam a gestão ambiental gaúcha de estar mais interessada em garantir os investimentos do que zelar pela preservação ambiental do pampa. Página 11



LITERATURA

Eventos, livros e espetáculos comemoram o centenário de Machado de Assis

Página 13

EDUCAÇÃO

A volta do ensino de Filosofia e Sociologia ao Ensino Médio

Página 2

DIREITO

Adolescentes: quando punir e preparar para a liberdade

Página 4

ECONOMIA

Produtos sustentáveis à venda na UFRGS

Será inaugurado neste semestre no Campus Centro, ao lado do prédio da Faculdade de Educação, o *Contraponto: entreposto de saúde, cultura e saber*. O empreendimento, uma iniciativa inovadora na Universidade, é resultado do trabalho do Núcleo de Economia Alternativa da UFRGS e deverá comercializar produtos de 16 empreendedores nas áreas de alimentação, artesanato e confecção. Página 6



ESPORTE

As histórias que antecedem os Jogos de Pequim

De 8 a 24 deste mês, ocorrem os jogos das XXIX Olimpíadas, em Pequim. Criados a partir de antigas tradições gregas, os jogos perderam força durante a dominação da Grécia pelo Império Romano, só retornando no final do

século XIX. Alberto Reinaldo Reppold Filho, do Centro de Estudos Olímpicos da Escola de Educação Física (Esef), analisa sua gradativa mudança de concepção: de amadores e religiosos a competições profissionais. Dedicada ao

espírito olímpico, a UFRGS TV exibirá, ao longo de todo o mês de agosto, a série *Dimensão Olímpica*. A programação trará, entre outros destaques, a formação de atletas e a educação para o esporte. Páginas 5 e 6

FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

Artigo

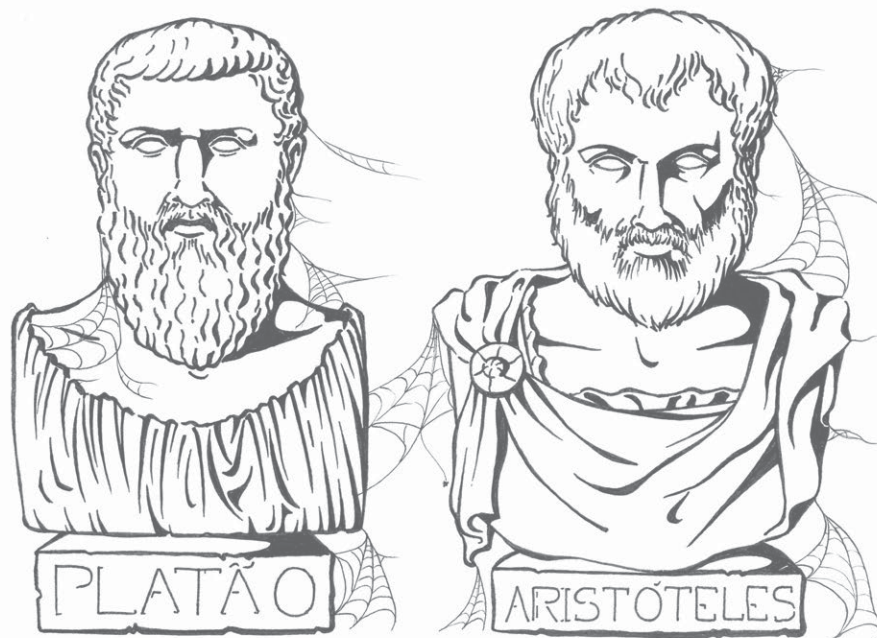
ILUSTRAÇÃO: SÍLVIA DO CANTO/NIQ

Filosofia e Sociologia obrigatórias: da sanção à ação

No último dia 2 de junho, o presidente em exercício José Alencar sancionou a lei que obriga o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio das escolas públicas e privadas do Brasil. A sanção deu fim a um processo político que dura, no mínimo, dez anos. E largada a outro que parece mal ter começado: fazer com que a lei “pegue”. Diante do panorama político, social e cultural com o qual nos acostumamos a conviver no país, a esperança do exercício da legislação míngua.

A aprovação da lei alcançou pequenas manchetes na semana do ato, gerou uma rasa celeuma jornalística, e foi deixada para trás pelos permanentes assuntos mais importantes de todos os dias. Fora da fugaz e retorcida realidade construída pelos meios de comunicação, o assunto restringiu-se aos setores interessados e aos não interessados no cumprimento da lei. Nestes, por baixo da superficial polêmica, um intrincado combate viceja lentamente. As mudanças na estrutura da educação básica que a lei exige, e a validade e o modo do ensino das duas disciplinas tornam-se um jogo burocrático e legislativo, muito antes de serem conteúdos constitutivos da formação do cidadão – a quem, em primeira e última instância, ela pretende beneficiar.

A lei 11.684 assinada por Alencar não traz exatamente novidades. O projeto foi apresentado pela primeira vez pelo ex-deputado Padre Roque em 1997 e vetado pelo presidente Fernando Henrique em 2001. Em 2003, o senador



Ribamar Alves reapresentou o projeto, com modificações, ao Congresso Nacional. Depois de cinco anos tramitando novamente pelo Senado, foi aprovado, revogando o inciso III do § 1º do art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394, de 1996). Onde antes se lia que, ao final do ensino médio, o educando deveria demonstrar “domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” agora se lê: “IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como dis-

ciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio”. Isto é, Filosofia e Sociologia ganham caráter (e a importância devida) de disciplinas.

A lei, todavia, apenas estabelece de modo mais preciso o que a Câmara de Ensino Básico já havia resolvido em 2006. O parecer homologado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) determinava que “No caso de escolas que adotarem organização curricular estruturada por disciplinas, deverão ser incluídas as de Filosofia e Sociologia”, em até um ano. A sanção

da lei vale, portanto, a segurança legal daquilo que a LDB antes da modificação apenas facultava e o CNE regulamentava em caráter de parecer: a *obrigatoriedade*.

Na prática, nos últimos dois anos, a situação, a despeito de pareceres e regulamentações, parece não ter se alterado. Nas mais de 23 mil escolas de ensino médio do país (um terço públicas) que atendem nove milhões de alunos, ainda é raro encontrar professor de Filosofia lecionando a matéria. O problema não é o da falta da disciplina no currículo – em 19 estados já era obrigatória –, mas o da inexistência do conteúdo na prática. Evidente que, nos primeiros anos, haverá enorme déficit de licenciados, mas não justifica que o Estado permaneça com professores de Matemática a usar o período de Filosofia para reforço de aritmética, e a rede privada, com professor de História a ensinar história da Filosofia, sem que se abram concursos.

Desde a queda de Tales no buraco por estar perdido em seus pensamentos até a cobrança dos alunos de Adorno para que praticasse suas teorias, é sabida a inaptidão dos filósofos para a ação concreta. Porém, se a classe demorar a se manifestar pelo direito da ocupação de suas vagas, todo o esforço de recondução da disciplina à escola – 37 anos depois de ser banida pela ditadura – pode ter sido em vão.

André Dornelles Pares
Licenciado e bacharelado em Filosofia - UFRGS

Espaço da Reitoria

Retorno com renovação

Um novo semestre letivo inicia neste mês de agosto. A Universidade, como acontece a cada período letivo, renova-se com a chegada dos estudantes provenientes das entradas duplas em nossos cursos de graduação; pelos novos programas apresentados por nossos professores em suas diferentes disciplinas e pelas importantes pesquisas que assumem forma nos laboratórios. Em função do recente concurso público, novos servidores serão incorporados ao quadro da UFRGS nos próximos meses. Como faz rotineiramente, a Universidade preparou-se para receber todos os novos com entusiasmo e esperança.

Somados a estas mudanças significativas, o semestre que está iniciando será marcado pela realização de dois importantes e tradicionais eventos do calendário acadêmico: Salão de Extensão nos primeiros dias de setembro, cujo processo de inscrição já encerrado superou todas as expectativas e que inova ao propor outras modalidades para a apresentação das ações extensionistas, e Salão de Iniciação Científica no final de outubro, que contabiliza um elevado número de trabalhos inscritos.

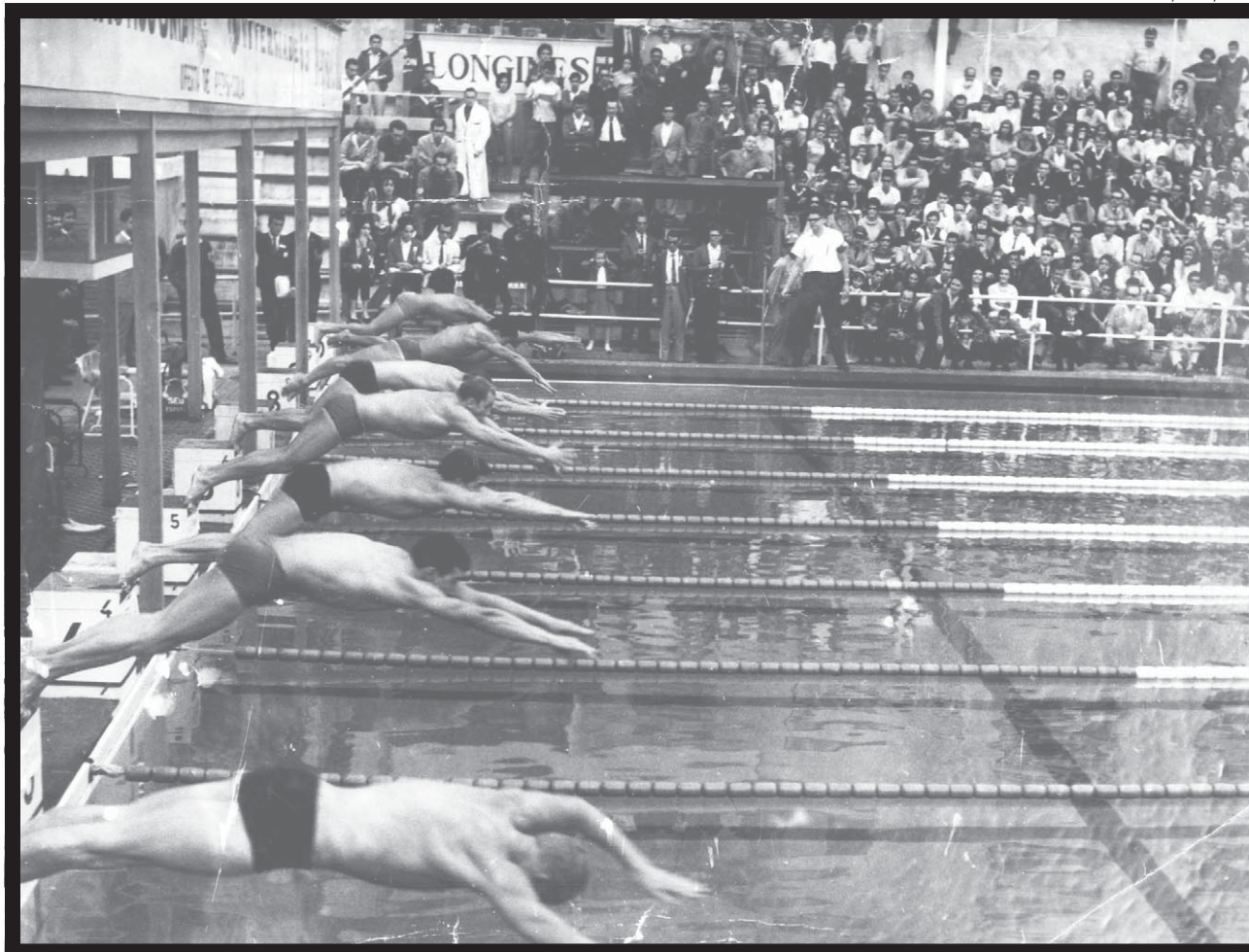
A UFRGS, mais uma vez, tem se destacado nas avaliações externas, reafirmando seu papel de grande Universidade, tanto quantitativa quanto qualitativamente.

O semestre antecipa-se como altamente produtivo para a vida universitária, portanto aproveitem, desfrutem ao máximo tudo que lhes é oferecido. Sejam bem-vindos!

José Carlos Ferraz Hennemann
Reitor

Memória da UFRGS

ACERVO CEME/ESEF/UFRGS



► 1963 Prova de natação realizada na piscina do Grêmio Náutico União, durante as competições dos Jogos Mundiais Universitários (Universiade) sediados em Porto Alegre. A imagem integra o acervo iconográfico do Centro de Memória do Esporte (Ceme) da Escola de Educação Física, que realiza até 30 de setembro a exposição “Memória olímpica”. A mostra reúne documentos e artefatos relativos aos Jogos Olímpicos Modernos. As Olimpíadas também são o tema da matéria da página 5 desta edição, e de uma série de especiais produzida pela UFRGS TV.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
José Carlos Ferraz Hennemann
Vice-reitor
Pedro Cozar Dutra Fonseca
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretária de Comunicação Social
Sandra de Deus

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Artur Lopes, Daltro José Nunes, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Maria Henriqueta Luce Kruse, Rudimar Baldissera, Sandra de Deus, Sérgio Marley Modesto Monteiro

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Bolsistas
Bruna Goss, Diego Difini, Fagner Nogueira, Paula Vieira e Rafael Glória
Colaboraram nesta edição
Débora Gastal e Marcelo Spalding
Projeto gráfico e diagramação
Juliano Bruni Pereira
Fotografia
Cadinho Andrade e Flávio Dutra
Revisão
Ánia Chala, Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Os textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

jornal@ufrgs.br

Mural do leitor

A situação das FARC

Gostaria de comentar afirmações feitas na edição de abril do JU na seção Debates, relacionadas às FARC. No artigo do professor Visentini, relata-se que “...Há uma crise de recrutamento, quebra da coesão de seus membros e expulsão para áreas de fronteira, resultando na perda de contato com a população colombiana...”. Na realidade, é difícil saber números oficiais sobre recrutamento na guerrilha e, provavelmente, o escritor baseia essas afirmações em dados mostrados pela imprensa oficial, direta e comprovadamente manipulada pelo governo. Já o professor Padrós afirma em seu texto que “...em 1984

houve um cessar-fogo e as FARC depuseram as armas e se organizaram na União Patriótica”. As FARC nunca depuseram armas, embora tivessem participado da União Patriótica, junto com outros partidos de oposição. – **Félix H.D. González, professor da Faculdade de Veterinária**

Centenário do IA

Na matéria sobre o centenário do Instituto de Artes, publicada na página 13 da edição de abril, informo que o professor Fernando Corona era o responsável pelas disciplinas de “desenho de observação ou artístico” e

“modelagem”, do primeiro ano do curso de Arquitetura do então Instituto de Belas Artes. Luiz Fernando Corona, seu segundo filho, formou-se arquiteto em 1950. Ele, sim, foi professor do curso de Arquitetura da UFRGS, expurgado em 1964. A foto publicada na página 2 da mesma edição, datada de 1963, não parece ser na Faculdade de Arquitetura, pois nesse ano Corona não poderia fazer uso deste espaço, de vez que não integrava o corpo de professores, mas continuava no Instituto de Belas Artes. A menos que a foto tenha sido feita no gabinete da maquetaria da Faculdade. – **Marcos D. Hekman, professor titular aposentado da Faculdade de Arquitetura**

Salão de Extensão Interfaces com a comunidade

Entre os dias 2 e 5 de setembro, será realizada a nona edição do Salão de Extensão da UFRGS. Principal momento de divulgação da produção extensionista da Universidade, o evento terá como tema "a extensão e suas interfaces". Com a participação de professores, alunos e técnicos-administrativos, pretende discutir a relação da atividade com as demais áreas acadêmicas (Ensino e Pesquisa), além de seus vínculos com a sociedade.

Segundo a diretora do Departamento Administrativo e de Registro da Extensão (DARE), Simone da Costa Saldanha, o Salão é importante por ser o momento que a Universidade tem para pensar sua produção extensionista. Neste ano, será destacada a importância dessas atividades como ferramentas de inclusão social, tecnológica e cultural.

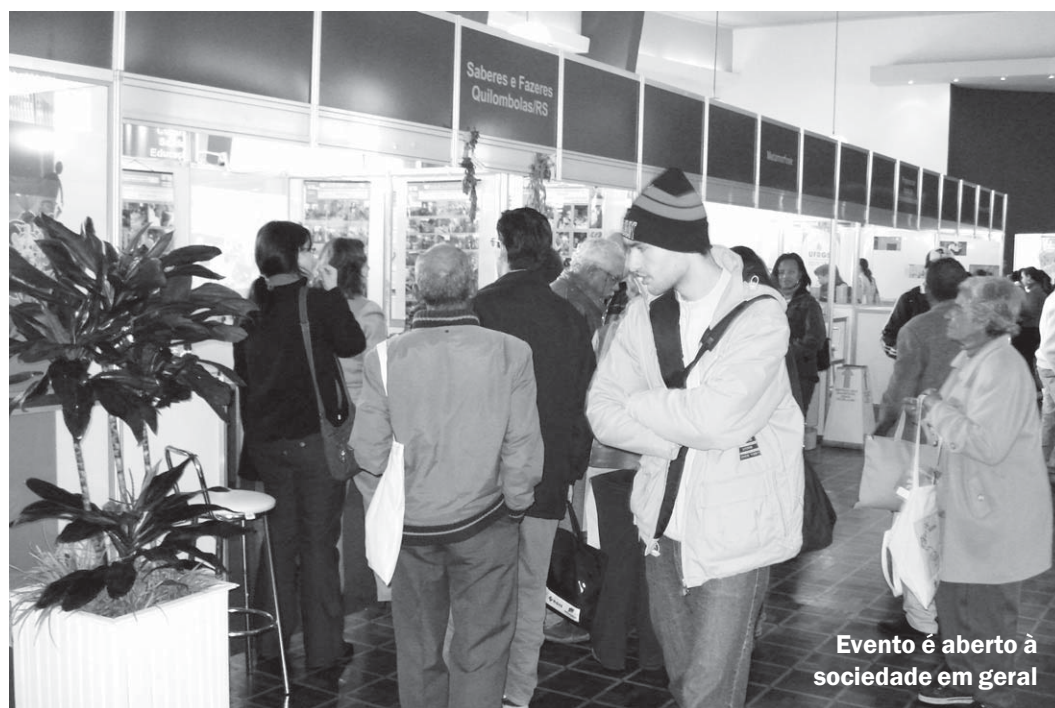
Trazer um projeto cultural de destaque para dentro da UFRGS já é uma tradição do Salão. Desta vez, a atração será a montagem comemorativa da peça *Bailei na Curva*, de Júlio Conte. O espetáculo terá duas apresentações, nos dias 4 e 5 de setembro (quinta e sexta-feira), às 20h, no

Salão de Atos.

A abertura oficial do evento ocorrerá no dia 3 de setembro, às 9h30min, na Sala II do Salão de Atos. Após a cerimônia inaugural, haverá a conferência "A extensão e suas interfaces". Como convidados, o professor Álamo Pimentel Gonçalves da Silva, Pró-reitor de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia; e Fábio Magalhães, ex-curador-chefe do Museu de Arte de São Paulo.

Logo após, terão início as atividades programadas pelas ações de extensão. No Salão de Festas do segundo andar da reitoria, serão oferecidos minicursos, destinados ao relato de projetos. No mesmo local, ficarão os estandes que compõem a Mostra Interativa. A partir do início da tarde, nos espaços do Salão de Atos, Sala Redenção e Sala Qorpo Santo, serão desenvolvidas oficinas por participantes de ações extensionistas.

Em local coberto por toldos, em frente à reitoria, ficará localizado o espaço lúdico-infantil destinado especialmente às crianças. Ali os pequenos visitantes encontrarão atividades organizadas pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento So-



cial, pelo Museu da UFRGS e pela Rádio Mirim, através da qual as crianças poderão fazer a cobertura do Salão. Escolas que tenham interesse em agendar visita ao espaço devem ligar para o número 3308-1901.

Na tarde do dia 4, terá início a apresentação de trabalhos por parte dos alunos extensionistas. Nos espaços do Salão de Atos ocorrem as atividades de comunicação oral e, no segundo andar da reitoria, as apresentações de pôs-

teres e a exibição de vídeos e documentários relacionados às ações de extensão.

O encerramento do encontro está marcado para às 17h do dia 5 de setembro. Durante a cerimônia, haverá premiação de trabalhos. Todas as ações de extensão que oferecerem atividades durante o evento irão concorrer a um crédito de R\$ 3 mil junto a Prorext, que deverá ser utilizado para desenvolvimento do projeto. Os alunos eleitos como destaques serão

contemplados com uma mochila com produtos da UFRGS e um MP4, além de concorrer a um *notebook*.

Até o dia 29 deste mês, os interessados podem se inscrever nas diversas modalidades do Salão de Extensão através do *site* www.prorext.ufrgs.br/9sala. As inscrições podem ser feitas individualmente ou em grupos de escolas e instituições. Todas as atividades são gratuitas, com direito a certificado.

ESEF Futebol feminino recebe inscrições

Através de ações de extensão, a Escola de Educação Física da UFRGS oferece diversas opções de atividades físicas para a comunidade. Os interessados podem escolher entre modalidades como musculação, dança flamenco, ginástica postural, jiu-jitsu e capoeira.



Neste início de semestre, o projeto *Futebol de Campo Feminino* está recebendo novas inscrições. Os treinos acontecem nas terças (11h30min às 12h45min) e sextas-feiras (9h30min às 11h30min), a partir de 4 de agosto. Mais informações através dos números 3308-5866 e 3308-5834.

Preservação ambiental Professor da UFRGS tem projeto implementado no Paraná

Projeto desenvolvido pelo pesquisador gaúcho Danilo Pedro Streit Júnior, professor da Faculdade de Agronomia da UFRGS e pós-doutorando da Universidade Estadual de Maringá, está sendo implementado pela empresa Duke Energy Brasil. Através de um

convênio com o grupo de pesquisa PeixeGen, a empresa implementou o trabalho desenvolvido por Danilo, repovoando o rio Paranapanema, no Paraná, com a espécie de peixe Piracanjuba (muito sensível à degradação ambiental e de grande interesse para a pesca comercial e

esportiva). Assim, é possível acompanhar o desenvolvimento dessa população para conferir se os projetos de preservação ambiental da empresa estão funcionando. Com esse estudo, Danilo venceu o Prêmio Santander de Ciência e Inovação em 2005.

Prêmio Empreendedorismo, ciência e inovação

Os Prêmios Santander, iniciativa do Santander Universidades, com desenvolvimento do *Universia Brasil*, chegam à sua quarta edição. Os interessados devem se inscrever até o dia 22 deste mês, às 20h, pelo *site* www.universia.com.br/premiosantander. Na categoria Empreendedorismo, podem participar alunos graduandos e pós-graduandos, em grupos ou individualmente, nas áreas de Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação, Biotecnologia, e Cultura e Educação. Já para o prêmio de Ciência e Inovação só podem se inscrever pesquisadores doutores, nas áreas de Indústria, Tecnologia da Informação e Comunicação e Biotecnologia. Os vencedores de cada categoria receberão um prêmio de R\$ 50 mil.

Comunicação Radialistas-mirins na Rádio da Universidade

De 8 a 10 de julho, a Rádio da Universidade recebeu radialistas-mirins, alunos da escola infantil do Instituto de Educação General Flores da Cunha, e participantes do programa de extensão que tem por objetivo familiarizar as crianças com o ambiente de uma emissora de rádio. "Nossa proposta é que essa idéia se estenda para outras crianças", diz Isabel Leivas Waquil, aluna do curso de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS que integra o projeto, coordenado pela professora Sandra de Deus. "Queremos criar um vínculo maior com o rádio porque, hoje em dia, com tanta tecnologia, *videogame*, as crianças acabam se dis-



tanciando desse veículo de comunicação", justifica Isabel.

A primeira atividade da visita ocorreu no estúdio principal da Rádio, onde há cadeiras dispostas em platéia, voltadas para uma bateria, um piano e microfones. Dedo no nariz, boca aberta, mão na cabeça e muita atenção. Es-

sas foram algumas das reações de uma espectadora entre cinco e seis anos, que olhava fixamente para Isabel contando a história do rádio. Depois, escutaram precisidades como os comerciais dos cobertores Parahyba e do Pão Bragança, primeiros *jingles* brasileiros. Mas a hora de cantar ao microfone causou um frenesi especial, embora Guilherme e João Victor tivessem preferido pedir ao operador de áudio que lhes ensinasse a profissão. De acordo com Dania Junqueira, professora da turma, a experiência oportunizou um aprendizado bem mais amplo sobre o que ocorre dentro de uma emissora de rádio do que o trabalhado em sala de aula.

Mobilidade acadêmica Programa de intercâmbio para Engenharia

Até 8 de setembro, estão abertas as inscrições para o programa de intercâmbio *Latin American-European Exchange in Engineering*. Os interessados devem ser graduandos de algum dos cursos ligados à Escola de Engenharia da UFRGS. Os alunos podem requisitar permanência de um ou dois semestres em universidades da Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, França, Finlândia, Itália, Suécia e Portugal. Mais informações no endereço www.ufrgs.br/reinter/index.htm

Linguística VIII Encontro do Celsul

De 29 a 31 de outubro, será realizado no Campus Centro da UFRGS o VIII Encontro do Círculo de Estudos Linguísticos do Sul (Celsul), promovido pelo Instituto de Letras da UFRGS. Por meio de conferências, mesas-redondas, sessões de pôsteres e grupos temáticos de discussões, o evento pretende oferecer um espaço para o desenvolvimento da pesquisa teórica e aplicada em linguística, discutindo temas como a forma e os motivos de ocorrerem mudanças nas línguas. As inscrições de trabalhos já estão encerradas, mas é possível inscrever-se como participante, ao custo de R\$ 80, através do *site* www6.ufrgs.br/iletras/ppg/celsul/index.htm

Dicas de sites

Contracampo – Revista de Cinema
contracampo.com.br

Revista virtual de crítica cinematográfica, que tem como principal proposta pensar o cinema. O *site* disponibiliza notícias sobre o circuito exibidor, além de artigos e críticas de filmes abordando tanto a produção lançada nas salas de cinema quanto a distribuída em DVD/VHS ou veiculada na televisão.

Universia – Rede de universidades, rede de oportunidades
www.universia.com.br

Portal da rede *Universia*, que congrega 1.069 instituições, situadas em 11 países da Europa e América Latina. Tem como objetivo disponibilizar notícias sobre o meio universitário, além de apresentar temas relevantes para a vida acadêmica, como bolsas de estudo e produção científica, intercâmbio, carreira e empreendedorismo. O portal traz sessões específicas destinadas aos públicos pré-universitário, universitário e pós-universitário e para docentes e gestores.



Pesquisa Parcerias com o Reino Unido

Entre o final de junho e o início de julho, a professora Patricia Pranke, da Faculdade de Farmácia da UFRGS, e os professores Mayana Zatz e Julio Voltarelli, pesquisadores da USP, visitaram os maiores Centros de Terapia Celular com Células-Tronco do Reino Unido. A viagem teve como objetivo a identificação de potenciais parceiros e foi organizada pelo Consulado Britânico no Brasil, que convidou a professora Patricia para coordenar a programação científica da missão. A pesquisadora informou que foram iniciadas parcerias com diversos grupos britânicos de estudos de células-tronco, como o Instituto Roslin, da Escócia, responsável pela criação de Dolly, primeiro mamífero clonado de uma célula adulta.



Redução da maioria penal em discussão

Tupinambá Pinto de Azevedo *

A responsabilidade penal dos adolescentes é um componente central de seu direito a uma plena cidadania
Emilio García Méndez

Em 13 de julho, tivemos a maioria do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Efetiva maioria ou simples decurso de 18 anos? Ao comparar os dispositivos legais e a sua aplicação cotidiana, percebemos a distância que há entre alguns, que valorizam um texto progressista capaz de traduzir o que preconiza a Convenção da ONU de Direito da Criança (é o âmbito da teoria), e outros, que falam do crescimento da violência urbana em todos os âmbitos, defendendo a necessidade de amplo endurecimento – proposta reducionista, em favor de repressão e castigo (eis o âmbito da prática).

O senso comum, que se confundia com *opinião pública* e hoje é, bem mais, *opinião publicada*, expressa uma prática da imediatidade, da resposta punitiva instantânea. Essa tese de diminuição da idade é de fácil adesão, pois é sempre mais simples reprimir do que educar.

O tratamento dado aos menores de idade praticantes de desvios ou infrações passou por três fases, a partir dos códigos criminais, no curso da história do Direito. Primeiro, o caráter penal indiferenciado, dentro de uma visão retribucionista (século XIX até 1919), na qual os menores eram tratados da mesma forma que os adultos, cumprindo penas nos mesmos presídios, com exceção dos que tinham menos de 7 anos, considerados absolutamente incapazes, com atos equiparáveis aos dos animais, entendimento que remontava ao direito romano. Depois, o caráter tutelar originado dos EUA no final do século XIX, como resposta à promiscuidade do internamento indiferenciado. É dessa etapa o surgimento da *justiça de menores* na América Latina. Em verdade, mera mudança de paradigma, levando à arquitetura especializada em reclusões diferenciadas. Modificaram-se os locais, mas a promiscuidade persistia. Por último, o caráter da responsabilidade penal dos adolescentes (tendo como marco a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989).

Na América Latina, modelar é o ECA brasileiro, mas é preciso lembrar que o Estatuto, e a própria Convenção da ONU, foram precedidos pela nossa Constituição Federal de 1988, cujo artigo 228 diz que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Tal opção não significa impunidade. Decerto, há responsabilização pessoal dos menores, na medida em que existe a aplicação de medidas protetivas e sócio-educativas, inclusive com a possibilidade de internação. A peculiar condição de pessoa em desenvolvimento obriga ao oferecimento de meios condizentes com a situação do adolescente.

Discute-se a posição topográfica do dispositivo que regula a inimputabilidade etária. O artigo 228 está subordinado ao Título VIII da Constituição, que trata da *Ordem Social*; mas os *Direitos e Garantias Fundamentais* aparecem no art. 5º. Os princípios deste último só podem ser modificados através de Poder Constituinte, pois há cláusulas pétreas. Não poderia, então, submeter-se o enunciado do artigo 228 aos mesmos limites materiais contidos no artigo 5º?

A importância disto é clara: admitida a maioria penal tão-somente para os acima de 18 anos, como cláusula pétrea, nenhuma Emenda Constitucional seria permitida, para redução de idade. Nesse sentido vai a interpretação, porque: o Supremo Tribunal Federal já admitiu como pétreo o princípio da anterioridade dos tributos, que não está no art. 5º, mas no 150, III, b, CF; a pretendida redução violaria o art. 41 da Convenção das Nações Unidas para o Direito das Crianças, na qual está implícito que os signatários não tornarão mais gravosa a lei interna de seus países; os tratados e convenções internacionais, sobre direitos humanos, aos quais o Brasil se submete, integram-se na Constituição (v. §§ 2º e 3º, do art. 5º, CF).

Impedido o curso de uma revisão constitucional que esbarraria em clara inconstitucio-

nalidade, persiste uma dúvida a nos perseguir. Afinal, por que essa insistência com propostas de diminuição da idade penal?

Com base no exposto acima, não recuaríamos apenas ao segundo estágio, mas ao primeiro deles, do caráter penal *indiferenciado*, retributivo. Ora, essa clara involução, que redundaria em desproporcionalidade por excesso, só obtém adesões em virtude da ignorância de muitos, quanto à etapa atualmente em execução. A bandeira do ECA é a *Doutrina da Proteção Integral*, um modelo de superação de visões falsamente compassivas, de paternalismos ingênuos sob o verniz do caráter tutelar. A responsabilidade penal dos adolescentes tem de ser a da justiça e das garantias. Ao falar dos adolescentes como inimputáveis não se pode entendê-los, é preciso repetir, como simplesmente impunes. Desfrutam, sim, de *status* diferenciado, mas responderão penalmente nos termos de leis como o ECA, pelas condutas infracionais que correspondam a crimes.

Estamos na esfera dos eufemismos – as leis não falam em crimes ou delitos, e sim em atos anti-sociais ou infracionais. E a principal consequência pode redundar no afrouxamento da ampla defesa e do contraditório. Fala-se em inimputabilidade etária, e com isso se torna fácil afastar o infrator da rede de garantias individuais.

A própria expressão responsabilidade penal juvenil deve ser afirmada, para deixar clara a idéia de que se trata de uma resposta penal, frente às infrações do jovem.

Lamentavelmente, nem sempre as palavras

são claras. O Direito Penal se debate com a imprecisão terminológica, muitas vezes. Os eufemismos podem ser denominados de fraudes de etiquetas, ou seja, a substituição de palavras para esconder o objeto nomeado. Certamente, todos sabemos hoje, por exemplo, da dubiedade que cerca o doente mental, quando acusado de prática criminosa. Pena, nesse caso, denomina-se medida de segurança; castigo assume a condição de tratamento; encarceramento é agora segregação terapêutica. E no lugar da culpabilidade (matéria estritamente penal), fala-se em periculosidade do agente (diagnóstico e prognóstico absolutamente alheios à ciência penal). Não bastassem todas essas fraudes de etiquetas, ao fim e ao cabo, a garantia constitucional contra penas perpétuas é ludibriada por uma medida de segurança perpétua...

O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa (con)venecer, afastando sua crise de interpretação, e ser implementado, superando sua crise de efetividade. Fácil é entender essas crises, frente às nossas carências de educação e saúde, e nossa abissal desigualdade social. Para a implementação, as promessas do ECA dependem de instâncias que estão fora de seus domínios – o direito de crianças e adolescentes em desvio só trata de coerção, e não de curas.

Por outro lado, não preconizamos o exercício puro e simples de poder punitivo, sobre os jovens. Distinguindo entre poder punitivo e Direito Juvenil – chamado ou não de Direito Penal Juvenil – afirmamos que este deve limitar, conter aquele. E quando afirmamos que não são os juízes que exercem o poder punitivo, mas sim as

agências executivas, de acordo com o maior ou menor espaço que lhes concedem as leis, realçamos que o poder de que os juízes dispõem é de contenção e, às vezes, de redução. As agências executivas, Conselhos Tutelares, administração dos estabelecimentos, órgãos de controle de prestação de serviços à comunidade, experiências inovadoras no âmbito do Poder Judiciário como a Justiça Restaurativa, a consolidação das Defensorias Públicas e dos Centros de Defesa pelo país etc., exercem diretamente as tarefas de vigilância e socialização, tendo a seu dispor o manejo de poder punitivo. Daí a extraordinária responsabilidade dos componentes do sistema.

Finalmente, o programa a ser desenvolvido, quando da imposição de internamento, deve guardar coerência com o Estado democrático e social de direito, em que os conflitos são geridos através do diálogo, do consenso, do livre desenvolvimento da personalidade dos envolvidos. No Direito Penal essa metamorfose da punição preconiza a passagem de uma pena de caráter retributivo, no momento da previsão legal, a uma pena de caráter preventivo, no momento da fixação em sentença, e, finalmente, a uma pena de caráter ressocializador, no momento da execução.

Punir, nesse contexto, é preparar para a liberdade. E o único caminho possível é a educação. Com isso, as medidas sócio-educativas retomam sua importância prioritária. Na área penal fala-se no fim das utopias ressocializadoras. Acredito que no Direito Juvenil devemos colocar as esperanças de que a ressocialização seja retomada, não como utopia, mas como realidade.

Poder punitivo? Sob contenção. Direito Juvenil ou Direito Penal Juvenil? Como forma de limitar o poder punitivo do Estado, preparando o jovem para a reinserção social.

* Professor da Faculdade de Direito da UFRGS



ILUSTRAÇÃO: TALUNS PIRES DE SOUZA / NIO

Jogos nem tão olímpicos

Olimpíadas Jogos mantêm grandeza, mas suscitam dúvidas a respeito dos princípios do esporte

Iniciados por volta do ano 776 a.C., os Jogos Olímpicos eram o ponto culminante de uma antiga tradição grega, que assumiu um formato diferenciado em um local específico: Olímpia. Segundo Alberto Reppold Filho, membro do Centro de Estudos Olímpicos da Escola de Educação Física (Esef) da UFRGS, os jogos tinham como característica comum a ligação com os cultos religiosos e com atividades de guerra. “Acreditava-se que as disputas entre heróis e deuses teriam inspirado o modelo das competições”, afirma Reppold. A finalidade bélica originava-se da necessidade de treinamento para as guerras constantes, podendo ser percebida em modalidades como as corridas com armadura e os cabos-de-guerra.

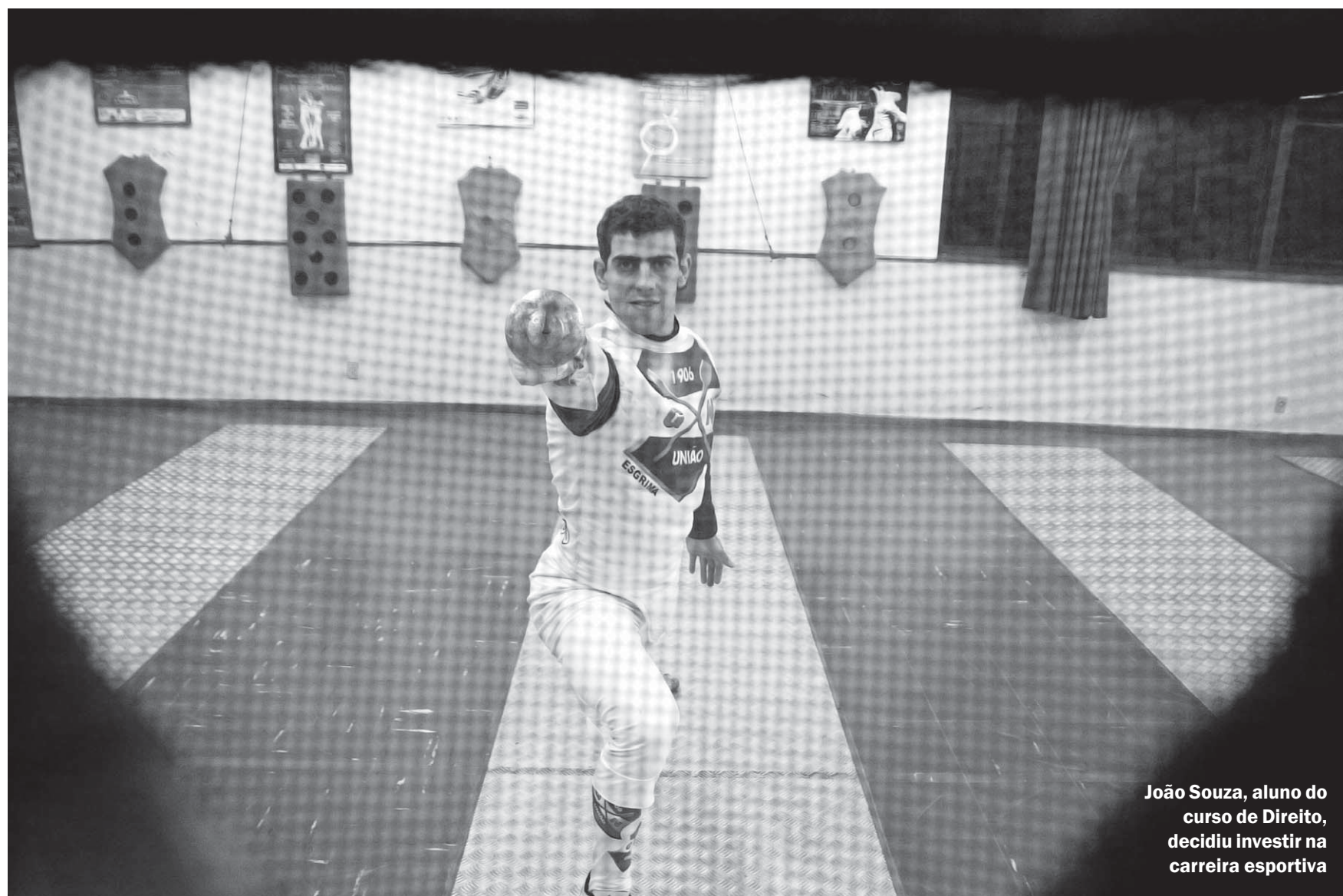
Com a dominação da Grécia pelo Império Romano, os Jogos perderam força. Credita-se a Teodósio I sua extinção, pela proibição dos rituais pagãos, por volta de 383 d.C. Para o professor, “essa data é aceita oficialmente, mas sabe-se que o fim não foi imediato”. Sua decadência se deu pela gradativa mudança de concepção: de amadores e religiosos, eles se tornaram competições profissionais. Ele também diz que o evento era realizado em diversas regiões do mundo, no Oriente e nas Américas, e continuou ocorrendo, inclusive na Europa, em outros formatos.

Tempos modernos – O ressurgimento das Olimpíadas na Modernidade tem uma trajetória mais rastreável. Sua criação é atribuída ao francês Pierre de Frey, o Barão de Coubertin, que fundou em 1894 o Comitê Olímpico Internacional (COI) e organizou os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, que ocorreram em Atenas, em 1896.

Sua iniciativa estabeleceu uma tradição que perdura até hoje, mas não foi pioneira. No início do século XIX, a Grécia iniciou um movimento por sua independência do Império Otomano, alcançada oficialmente em 1829. Poetas e escritores buscaram ícones nas antigas tradições para reconstruir a identidade nacional. Entre eles estava Panagiotis Soutsos, que em narrativas épicas foi o primeiro a sugerir a retomada dos Jogos de Olímpia.

Outras tentativas foram feitas, mas a ideia só obteve sucesso quando o esporte passou a ter um papel além da mera competição. “Coubertin via nos Jogos uma forma de criar uma juventude mais saudável e capaz de lidar com os múltiplos conflitos que ocorriam na época. Ele acreditava que os povos entram em guerra porque não se conhecem”, conta Reppold, explicando que, para o Barão, o esporte deveria levar ao enaltecimento do homem. A partir disso, criaram-se os princípios pelos quais os atletas e o Comitê Olímpico Internacional devem primar, formando uma filosofia: o Olimpismo. Este foi incorporando às novas necessidades da humanidade, como a preservação ambiental e o respeito à igualdade de direitos.

Estabeleceu-se que os Jogos Olímpicos ocorreriam durante o verão europeu. As competições tomaram dimensões mundiais e receberam even-



João Souza, aluno do curso de Direito, decidiu investir na carreira esportiva

tos paralelos que posteriormente foram anexados ao seu calendário: os Jogos Olímpicos de Inverno e os Jogos Pan-americanos. Na opinião de Alexandre Velly Nunes, professor da Esef e membro do Controle de Doping dos Jogos Olímpicos, “a diferença fundamental é o tamanho”. Os Jogos de Verão incluem 41 modalidades, de acordo com a contagem do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), e reúnem competidores de mais de 200 países, enquanto nos Jogos de Inverno são disputadas somente as modalidades de gelo e neve, e nos Pan-americanos, apenas cerca de 42 países participam. Em continuidade a todos os eventos também são realizados os Jogos Para-olímpicos.

Para limitar o crescimento destas competições, o COI definiu, em 2004, um máximo de 10.500 atletas participantes e que novas modalidades só seriam aceitas se ocupassem o lugar de outras. Tais medidas decorrem de uma necessidade: “Os jogos estavam aumentando de maneira demasiada, tornando difícil ter uma única cidade como sede”, explica Reppold.

Escolha polêmica – A determinação das cidades-sede baseia-se em quesitos estabelecidos pelo COI. Entre eles estão o respeito aos ideais do Olimpismo e garantias de que o local tenha infra-estrutura para receber um evento de tal grandeza, o que inclui plenas condições de segurança pública, transportes e hotelaria.

Para se candidatarem, as cidades elaboram um projeto das obras e investimentos que planejam fazer. “Há uma pressão sobre o país. Mas o próprio COI reconhece que, depois que a sede é determinada, o controle sobre as propostas feitas e o que efetivamente será realizado reduz-se enormemente”, diz o professor Reppold, frisando que, ainda assim, o não-cumprimento do acordo nunca ocorreu.

A escolha de Pequim como sede dos Jogos Olímpicos de Verão deste ano evidencia um contra-senso: ao mesmo tempo em que promove o internacionalismo, com a inclusão da maior potência do Oriente, fere princípios fundamentais do Olimpismo. Em ritmo de crescimento intenso, a

China não é um referencial de respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, por exemplo.

Mas uma outra faceta deve ser observada: “Pequim teve suas construções aprovadas e prontas com enorme antecedência. Realizou diversos testes com êxito e as instalações estão impecáveis. Não parece faltar dinheiro para nada”, destaca Velly Nunes.

Tais dilemas, associados aos casos de doping, levam a uma queda de braço entre o “espírito olímpico” e a influência das relações políticas e monetárias sobre o destino dos Jogos, resumida pelo judoca gaúcho, bicampeão mundial, João Derly: “esporte envolve amor, garra, suor, técnica e muita vontade de vencer, e pode ser exemplo para qualquer profissão. Mas, hoje em dia, ele é um negócio”.

Doping – “Os Jogos Olímpicos da Antigüidade terminaram por causa da profissionalização. Tenho medo de que o mesmo aconteça conosco”, confessa o técnico de esgrima Alexandre Teixeira. Para ele, o “espírito esportivo” ainda rege o evento, mas o envolvimento financeiro se torna cada vez mais determinante.

A necessidade de vencer e manter patrocínios é um fator que colabora para o uso de *doping*. Segundo Velly Nunes, o Ciclismo e o Levantamento de Peso são categorias que historicamente apresentam problemas nesse sentido, mas “em todas as modalidades é possível que atletas e treinadores tentem utilizar substâncias e métodos proibidos”. Ainda assim, os índices de casos positivos são inferiores a 2% dos testes feitos pelo Controle de Doping. Ele ressalta que quando um atleta é pego, mesmo que posteriormente, suas medalhas passam para outro competidor. Foi o que ocorreu com a nadadora brasileira Rebeca Gusmão, que perdeu suas duas medalhas de ouro para uma atleta venezuelana. Para Teixeira, o *doping* contraria um dos princípios básicos da prática esportiva: “Tu competes, mas às vezes podes perder. Essa é a graça do esporte”.

Débora Gastal, estudante do 7º semestre de Jornalismo da Fabico — especial para o JU

Brasil Olímpico Dificuldades e esperanças

O “país do futebol” não tem tradição de resultados expressivos nos Jogos Olímpicos. Em 2004, por exemplo, trouxemos para casa apenas 10 medalhas, enquanto Cuba, Rússia e EUA conquistaram 27, 92 e 103, respectivamente. Para Alexandre Velly Nunes, professor da Esef e membro do Controle de Doping dos Jogos Olímpicos, “isso não seria preocupante se não refletisse a falta de estrutura social e de condições mínimas para a prática esportiva entre crianças e adolescentes brasileiros”. Alexandre Teixeira, técnico do esgrimista gaúcho João de Albuquerque Souza, concorda: “A renovação é necessária para a descoberta de novos talentos. E para isso é preciso ter muita gente praticando”.

João tem 24 anos, é estudante de Direito na UFRGS e participará dos Jogos que ocorrerão de 8 a 24 de agosto na capital chinesa. Ele pratica esgrima desde 1993, quando conheceu o esporte na Esef. Atualmente, treina no Grêmio Náutico União. O estudante decidiu investir na carreira esportiva com mais afinco em 2006, quando aumentou a carga horária de treinamento.

“Claro que isso tem um preço alto. Já atrasei a faculdade e estou ficando para trás em várias coisas, como oportunidades de estágio. Mas tudo é uma questão de prioridades.”

Para seu técnico, o Bolsa-atleta, incentivo que o governo federal dá aos esportistas profissionais que não recebem patrocínio, foi determinante para João desistir dos estágios e se dedicar aos treinos, ainda que o valor seja inadequado. As quantias variam entre R\$ 300 e R\$ 2,5 mil, de acordo com a categoria. “É difícil um atleta apostar tudo no esporte, porque a maioria das modalidades olímpicas é amadora no Brasil. Não tem como largar tudo e viver só do amor”, diz Teixeira.

Apesar das dificuldades, existem expectativas otimistas. Conforme Nunes, Vôlei de Quadra e Praia feminino e masculino, Futebol feminino, Judô feminino e masculino, Vela, Hipismo (Saltos) e Natação são bons candidatos a trazer medalhas este ano. E o Rio de Janeiro é um forte candidato a sediar os Jogos Olímpicos de 2016, já tendo passado para a fase seletiva final. Caso aprovado, o Rio será a primeira cidade na América Latina a receber o evento.



Para o judoca gaúcho João Derly (à dir.), o esporte virou um negócio



Construção segue preceitos de arquitetura sustentável

Nova forma de consumo

Sustentabilidade Núcleo de Economia Alternativa terá posto de vendas no Campus Centro

Jacira Cabral da Silveira

Ao lado do prédio da Faculdade de Educação da UFRGS, no Campus Centro, será inaugurado neste semestre o *Contraponto: entreposto de saúde, cultura e saber*, uma conquista do Núcleo de Economia Alternativa (NEA). Coordenado pelo professor e economista Carlos Schmidt, e assessorado pelos técnicos Gilmar Godoy Ramos e Sebastião Pinheiro, o entreposto comercializará produtos dos empreendedores que já trabalhavam com o Núcleo. Serão ao todo 12 grupos da área de artesanato e confecção e quatro da alimentação de produtores de diferentes localidades do estado.

“É uma iniciativa inovadora dentro de uma universidade, mas vamos enfrentar dificuldades na mudança de atitude de consumo.” A observação é do tesoureiro da Cooperativa Mista de Produção e Serviços Arquipélago (Copal), Amilton Antônio da Silva, órgão responsável pelo gerenciamento do rodízio dos grupos na utilização do ponto de venda. Por outro lado, ele acredita que outras instituições de ensino superior “vão se inspirar na idéia”.

Kátia Barfknecht, terapeuta ocupacional e uma das fundadoras do GerAção POA, que trabalha com material reciclável na produção de papeleria e produtos serigrafados, também comemora a criação do *Contraponto*. Ela destaca a relevância da inserção da economia solidária no espaço acadêmico, tanto por ser um local de cultura e educação quanto pela grande circulação de pessoas em formação. “É importante poder pensar de outro jeito sobre mercado e capital”, comenta a terapeuta, para quem a solidariedade é um dos vértices de projetos como esse.

Alguns entraves – O projeto tem o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, geradora da política pública junto ao governo federal, através do secretário Paul Singer, em conjunto com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), operadora do financiamento. De acordo com o professor Schmidt, a tramitação para viabilizar a construção do posto de venda iniciou em 2005 e a liberação da verba ocorreu no ano seguinte. Entretanto, alguns empecilhos retardaram o início da obra, orçada em R\$ 36 mil.

Um deles foi a dúvida levantada pela Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS, que procurou garantir a legalidade da edificação de um prédio novo na área de preservação histórica. Solucionada esta e outras questões de ordem administrativa, começou o processo de compra do material de construção. O que deu início a outra caminhada lenta, pois, devido às exigências previstas no projeto, as empresas contratadas deveriam trabalhar com material ecologicamente correto. Pesquisa de mercado e licitações tornaram o processo ainda mais demorado.

Conforme Schmidt, o cálculo para o orçamento da obra partiu do valor do metro quadrado do custo unitário básico (CUB), mas, como o projeto foi realizado dentro do conceito de bioconstrução, esse custo aumentou, acarretando a redução do tamanho original da obra, que ficou em 27m². “Tudo foi feito no sentido de aproximar, tanto a obra em si quanto o trabalho a ser realizado neste espaço da idéia de sustentabilidade ambiental”, explica o professor. Segundo ele, os móveis sob medida também foram construídos com madeira de reflorestamento ou de demolição.

Enfoque pedagógico – Vários conceitos estão em jogo quando se fala em economia solidária: inclusão, sustentabilidade, solidariedade. Preceitos holísticos e uma prática pedagógica multidisciplinar caracterizam o *Contraponto* do NEA. Convergência de saberes é a definição de Schmidt para o espaço, que não só comercializará produtos, como também servirá de fonte de estudo e pesquisa para diferentes áreas de conhecimento da

Produtos diferenciados

De acordo com o coordenador do Núcleo de Economia Alternativa da UFRGS, professor Carlos Schmidt, todas as mercadorias do *Contraponto* resultam de uma rede de ações que preservam o meio ambiente e as relações de produção associativa. Gilmar Godoy Ramos, um dos assessores do Núcleo, diz ainda que pelo menos dois produtos à venda no espaço destacam-se pelo apelo étnico e ecológico: “O arroz Quilombola produzido pelas comunidades de Mostardas, Casca e Tavares e os produtos feitos pela grife Justa Trama, fabricados com algodão ecológico. Toda a cadeia produtiva é realizada por cooperativas e associações de economia solidária. O arroz é cultivado sem nenhum tipo de agrotóxico e adubado por compostos biorgânicos e farelo de rocha (biomineralização)”.

Dois grandes áreas concentram as atividades dos grupos: alimentação, composta pelo Grupo de Mulheres Sagrada Família, Cooperbom, Beijo Frio, Eco Citrus e Fazenda São Pedro; e confecção e/ou artesanato, formada pelo grupo de mulheres Grife Morro da Cruz, Victoryes, Cooperativa Unidas Vencemos, Refazenda, Educando e Produzindo a Vida, Construsol, Coopermodas, Reciclando pela Vida, Novos Horizontes, Beabá, Grupo de Mulheres Zona Sul e GerAção POA.

Universidade. No campo da economia, por exemplo, ele afirma que será possível aprofundar questões referentes à teoria do consumidor e novas formas de troca de material. Em Arquitetura, serão organizadas oficinas a partir dos conceitos de bioconstrução e sustentabilidade. A primeira delas, intitulada “Cobertura verde” ocorreu no dia 4 deste mês.

E como os produtos comercializados têm por princípio, tanto aspectos preventivos para a saúde quanto as formas sustentáveis de produção, “espera-se que o consumo não seja um consumo alienado”, reforça o economista. “Por isso a idéia de *contraponto*”, diz ele, “para mostrar que o ato de consumir não é apenas o de comprar alguma coisa, baseado no preço ou na imagem produzida pela publicidade. Implica consciência política e social, porque tudo no *Contraponto* é produzido numa relação social que não envolve exploração: é uma relação associativa, pautada pela igualdade”.

Arquitetura sustentável – Cristian Illanes e Gustavo Jaguet são os responsáveis pelo projeto arquitetônico do *Contraponto*. Illanes, graduado em Arquitetura pela UFRGS e professor na Ulbra, explica que o prédio é uma obra efêmera, pois pode ser desmontada e remontada em outro lugar, conforme a necessidade do NEA.

O segundo aspecto que ele salienta é que o material utilizado é de baixíssimo impacto ambiental, usando basicamente a madeira. “Só utilizamos madeira certificada, originada de reflorestamento ou de demolição.” As vigas empregadas na estrutura principal são provenientes de material de demolição, “possivelmente de araucária, resistentes aos cupins”. As esquadrias e chapas são de madeira de reflorestamento, principalmente eucalipto.

A água da única pia não é destinada à rede de esgotos e sim para uma vala de infiltração, mecanismo que absorve a água para ser reutilizada no jardim localizado ao lado do espaço, devolvendo-a ao ambiente. O telhado é feito com a chamada cobertura verde, composta por uma lâmina de matéria orgânica que dá várias características de sustentabilidade à obra. Já está sendo planejada também a implantação de placas solares, senão para o aquecimento, pelo menos para a geração de energia elétrica. O espaço interno da loja será dividido em três ambientes: comercialização de alimentos, de artesanato e espaço de convívio com duas ou três mesinhas. “Mais do que uma construção, é uma luta ética, de educação e de ideal,” lembra o professor-arquiteto.

Dimensão olímpica

UFRGS TV com programação especial em agosto

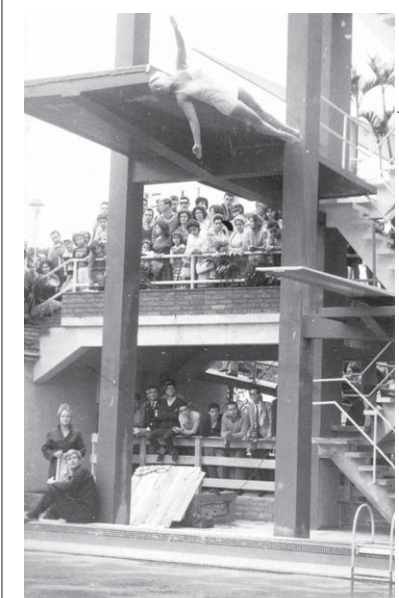
Redação UFRGS TV

Está no ar a série *Dimensão Olímpica*, uma nova programação da UFRGS TV, dedicada ao espírito olímpico e ao esporte como elemento presente nas culturas ao longo da história.

Para além de estatísticas e celebridades esportivas, os programas exploram a relação entre os universos olímpico e esportivo, através de influências políticas, econômicas e sociais sobre o indivíduo e o meio-ambiente.

Em formato de entrevista, a série será apresentada durante este mês, sempre às terças, quintas e sextas-feiras, às 21h30min, e aos sábados, às 18h30min, pelo canal 15 da NET Porto Alegre.

Nos programas serão abordados diversos aspectos relacionados ao esporte e ao olimpismo, como a história dos jogos, os impactos dos megaeventos esportivos, a formação de atletas e a educação para o esporte, além de questões relacionadas ao *doping* e a outras formas de condicionar o organismo.



Barbel Urban, da Alemanha, medalha de ouro no salto ornamental. Piscina do GNU, Universidade 1963

Entre os entrevistados, personalidades como o professor Lamartine Pereira da Costa, organizador do *Atlas do Esporte no Brasil*, Eduardo de Rose, doutor em Medicina do Esporte e referência quando o assunto é anti-*doping*, e o diretor do *Museu do Esporte e Olimpismo* da Alemanha, Christian Wacker, pesquisador que falará sobre o resultado das escavações no sítio arqueológico de Atenas.

Resultado de uma parceria entre a UFRGS TV e a Escola de Educação Física da UFRGS, os programas, além de serem veiculados na UNITV, serão incorporados ao acervo do Centro de Estudos Olímpicos, com sede na Esef.

Assista aos programas

A série *Dimensão Olímpica* estreia dia 5 de agosto, às 21h30min. Os programas serão exibidos, nesse mesmo horário, todas as terças, quintas e sextas-feiras, durante todo este mês, através da UNITV Canal 15 da NET POA.



FÁBIO DUTRA/PROJETO CONTATO

Universidade pública ou popular?

Isabel Lima, funcionária do Departamento de Bioquímica e doutora em Literatura Brasileira pelo Instituto de Letras da UFRGS, é voluntária do curso Zumbi dos Palmares

Responsabilidade social Alunos da UFRGS democratizam o Ensino Superior e exercitam a docência ao colocar em prática o que aprendem na Universidade

Durante dois anos, Hélio Soares estudou à noite e trabalhou durante todo o dia na sede campestre da Casa de Portugal, inclusive aos domingos. Tanto esforço tinha um objetivo: entrar na universidade. Hélio frequentava o pré-vestibular da Organização Não-governamental para Educação Popular (Ongep), que funciona na Rua dos Andradas. Em 2006, ingressou na UFRGS no curso de licenciatura em Matemática. Atualmente, sua rotina não é muito diferente: estuda de manhã, trabalha no Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Instituto de Letras durante a tarde e, em algumas noites, dá aulas na Ongep. “O que mudou é que hoje tenho obrigações que adoro fazer”, comenta sorrindo.

Hélio é um entre muitos estudantes da Universidade que escolhem ser professores dos chamados pré-vestibulares populares. Com o objetivo de aumentar o acesso de pessoas de baixa renda ao ensino superior, esses grupos se reúnem e organizam por iniciativa própria. Para Ilza Jardim, professora da Faculdade de Educação (Faced) da UFRGS, este é um traço relevante. “Não é curricular nem uma imposição da instituição. São cursos que surgem do movimento de pessoas, desejos e vontades. O trabalho dos professores é voluntário e muitas vezes sem nenhuma ajuda de custo. É gente mobilizada no sentido de fazer algo diferente”, diz a professora.

Marc Emerim é aluno do sexto semestre de Biologia e coordenador do curso Resgate Popular, que há dois anos tem como sede a Escola de Educação Física (Esef) da UFRGS. Para ele, o envolvimento dos graduandos com a comunidade poderia ser maior. Marc acredita que os pré-vestibulares populares são uma alternativa de mudança e de democratização do ensino superior. “Não é só uma aula. Podemos semear um pouco de senso crítico, para que eles levem o conhecimento para a sua comunidade.”

Segundo Hélio, o incentivo maior veio da consciência de que era preciso retribuir a quem o ajudou. “Sei que muitos vêm a universidade como mudança de vida, como foi para mim”, conta. Assim que ingressou na UFRGS, tornou-se monitor de matemática na Ongep, auxiliando os alunos a resolverem exercícios. Há um ano, também leciona a disciplina na Organização.

Alguns Pré-vestibulares Populares de Porto Alegre

Ongep (Rua dos Andradas, 691, sala 11) – Fone: 3023-3929

Alternativa cidadã (Campus Vale, prédio F, sala 208) – Fone: 8438-1124 (José Humberto)

Xama (Colégio do Rosário, Praça Dom Sebastião, 2) – Fone: 9825-1875

Pré-vestibular Zumbi dos Palmares (Campus Centro, Faculdade de Educação – Av. Paulo Gama, s/nº, sala 503) – Fone: 9684-6834

Resgate popular (Esef – Rua Felizardo, 750) – Fone: 8444-2027

Pré-vestibular alternativo Rubem Berta (Rua Wolfran Matzler, 650) – Fone: 3390-7063

Pré-vestibular do Ceue (Campus Centro, Engenharia Nova, Av. Osvaldo Aranha, 99) – Fone: 3308-3503

Muitos universitários procuram os cursinhos com a intenção de pôr em prática o conhecimento adquirido. “São sujeitos buscando um espaço social no qual possam exercer a atividade de professores”, comenta Ilza. Para a docente, o principal não são os motivos, mas o exercício deste ensino voluntário: “Revela que o aluno da Universidade tem responsabilidade social”.

Formando professores – A Ongep surgiu em 2000, a partir da disciplina de Organização da Educação Brasileira na Faced. O curso nunca teve a Universidade como sede, mas desde o início um dos objetivos do grupo foi proporcionar a prática aos graduandos. “A gente sabia que, quando se formasse, seria difícil conseguir um emprego porque não tínhamos experiência”, conta Luciane Leipnitz, que participa do projeto desde o começo e hoje é coordenadora da ONG.

Conforme Alysson Bentlin, formado em História pela UFRGS e um dos fundadores do Resgate Popular, isto é uma decorrência inevitável. A maior parte dos pré-vestibulares populares deixa a cargo dos professores a tarefa de criar e montar suas próprias

apostilas, o que aumenta a interação entre o aluno-professor e o processo educacional. “Acreditamos que é melhor o professor trabalhar com o seu próprio material que com uma apostila que ele não entende como foi concebida”, afirma Luciane.

A responsabilidade sobre a organização da aula e os métodos didáticos também é do professor. “Quando recebemos alguma reclamação dos alunos, vamos ver o que está acontecendo. Mas sabemos que todos que começam têm dificuldades, e tentamos entender isso”, explica a coordenadora da Ongep. Usualmente, apenas uma orientação é dada: sempre que possível, realizar atividades extra-classe. “Os conteúdos são importantes, mas existe uma preocupação motivacional e de construção de grupo”, conta Marc, que considera este ponto como fundamental para alcançar mais uma das propostas destes cursos: o resgate da cidadania e da ideia de que todos têm direito à educação de qualidade.

Em geral, a limitação de espaço obriga os pré-vestibulares populares a criarem turmas pequenas. Mas isto não é visto com maus olhos pelos alunos. Fabiane Alves, 26 anos, vai prestar vestibular para Geografia e é aluna do curso da Fundação Zumbi dos Palmares, que tem uma das suas três sedes na sala 503 do prédio da Faculdade de Educação. Ela já frequentou pré-vestibulares particulares, e defende que o reduzido número de alunos contribui para o aprendizado. “O acesso que você tem ao professor é mais rápido e de maior qualidade”.

Mesmo quando as turmas são maiores, o acompanhamento aos professores e alunos existe, como forma de cooperação e espírito coletivo. Este é o caso do pré-vestibular do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (Ceue). Criado há mais de 40 anos, inicialmente com o intuito de auxiliar os vestibulandos das ciências exatas, hoje o curso aceita candidatas de todas as áreas, com duas turmas de 130 alunos cada. Jorge Araújo, recém-graduado em Geografia na UFRGS e atual coordenador do grupo, admite que turmas numerosas dificultam o trabalho. “Pode ser complicado para um professor iniciante, mas é uma maneira de atingir mais pessoas. Sempre procuramos dar o maior apoio possível aos nossos voluntários.”

Crêditos de seleção – De acordo com a maior parte dos coordenadores contatados, os índices de aprovação dos cursos pré-vestibulares populares têm sido satisfatórios. De uma turma de 20 pessoas, o curso Resgate Popular aprovou sete no último vestibular da UFRGS. A Ongep aprovou 17, dentre os 90 inscritos no início de 2007. Destes, somente quatro entram pelo sistema de cotas.

Frente aos bons resultados, a procura pelos pré-vestibulares populares é grande, e o número de cursos está aumentando. Hoje, existem cerca de 13 em Porto Alegre, a maioria com vários professores que se graduaram ou ainda estudam na UFRGS. Segundo Rogério Sampaio, vice-presidente da Fundação Zumbi dos Palmares, 146 candidatas se inscreveram para aulas na Faced em 2008, para uma turma de 65 vagas. “Conforme as pessoas vão desistindo, vamos chamando outras para o lugar. Mesmo assim, muitos ficam de fora”, afirma.

Como nem todos podem ser atendidos, os cursinhos estabelecem critérios de seleção, que incluem apresentação de documentos e entrevistas. Mas o principal quesito é a renda. “Se percebemos que a pessoa poderia pagar um cursinho particular, geralmente ela é excluída”, explica Marc, que admite ser difícil escolher entre os candidatos sem conhecê-los.

Porém, apesar da grande procura inicial, um dos maiores problemas enfrentados pelos pré-vestibulares populares é a evasão. “São alunos que trabalham e não têm uma estrutura familiar que lhes dê condições objetivas para conseguir só estudar”, pondera Alysson, comentando que muitas vezes os estudantes faltam por não terem dinheiro para pagar a passagem de ônibus. “Geralmente eles gastam mais em transporte público que na mensalidade do cursinho”, calcula.

A discussão sobre a necessidade da gratuidade dos pré-vestibulares populares é recorrente, mas não representa uma opção real. Sem qualquer apoio financeiro, grande parte dos cursos precisa cobrar de seus alunos para poder se manter. “Precisamos do dinheiro, mas nunca iremos expulsar alguém por não ter como pagar”, tranquiliza Alysson.

Débora Gastal, estudante de Jornalismo da Fabico – Especial para o JU

Tentativa institucional frustrada por falta de pessoal

Os cursos pré-vestibulares populares são autônomos e não fazem parte de políticas diretamente ligadas à Universidade, ainda que alguns tenham como sede suas salas de aula. No segundo semestre de 2005, a UFRGS recebeu verba da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, órgão ligado ao MEC, para montar um pré-vestibular popular próprio. A estrutura seria a mesma dos cursos independentes, e os professores eram alunos voluntários, participantes do pré-vestibular Alternativa Cidadã, que funciona no Campus Vale desde 2000.

Segundo Angelo Silva, secretário de Assuntos Estudantis da UFRGS, a iniciativa não teve continuidade por falta de pessoal. “Foi uma primeira experiência, e perdemos muita gente no processo. Faltaram pessoas para dar seqüência ao projeto”, afirma, ainda que o curso Alternativa Cidadã mantenha até hoje as suas atividades. Para ele, um pré-vestibular popular vinculado à instituição não é uma necessidade, pois os cursos administrados por alunos suprem esta carência. “Talvez falte apoio da Universidade a estes cursos. Esta discussão ainda não foi aberta”, admite.

Cada pré-vestibular possui suas peculiaridades e necessidades específicas. Para Marc Emerim, coordenador do curso Resgate Popular, o ponto mais delicado está na fragilidade destes grupos dependerem de decisões e empenho individuais. Jorge Araújo, coordenador do pré-vestibular do Ceue, avalia que o importante não são os pontos positivos ou negativos de cada grupo, mas a sua existência. “O fundamental é que tenhamos cada vez mais colegas interessados em tomar esta iniciativa”.

Especial

FOTOS: FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

Economia *Novos fatores no cenário internacional do comércio de alimentos geram crise no setor*

Representantes de 191 países reunidos em Roma, no início de junho, encontraram outra definição para a atual crise mundial de alimentos: retrocesso. “Corremos o risco de voltar à estaca zero”, advertiu o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, para quem a alta dos preços globais de alimentos pode representar um retrocesso de sete anos no cumprimento das Metas do Milênio, que preconizam a redução da pobreza pela metade até 2015. Segundo o diretor-geral da agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos (FAO), Jacques Diouf, hoje são cerca de 862 milhões de pessoas vítimas da fome no mundo.

O encontro da FAO, originariamente organizado para discutir o impacto das mudanças climáticas na produção de alimentos, centrou os debates nas causas da crise e na busca de uma ação global capaz de minimizar a situação dos mais famintos. De acordo com levantamentos da agência da ONU, os preços dos alimentos subiram 8% em 2006, 24% em 2007 e 53% nos primeiros três meses de 2008. Situação que não deve mudar nos próximos dez anos, conforme prevê a agência em seus relatórios.

Menos pessimista é a avaliação do professor da Pós-graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Economia da UFRGS, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto. Ele considera que o ponto alto da crise deve durar pelo menos mais dois anos, tempo necessário para que os países possam aumentar suas produções. “Se esse aumento conseguir provocar uma freada ou redução na subida dos preços, pode ser que o problema amenize”, arrisca. Isso implicaria em uma produção suficientemente grande para contrabalançar o impacto causado pela série de variáveis que compõe a atual crise dos alimentos no mundo inteiro.

Commodities – Mielitz chama a atenção para outro fenômeno global, de conseqüências bastante perversas. É a migração dos investidores do setor de imóveis para o de alimentos, reduzindo a produção agrícola a uma *commodity* (termo usado em transações comerciais internacionais para designar um tipo de mercadoria em estado bruto ou com um grau muito pequeno de industrialização). As principais *commodities* são produtos agrícolas – como café, soja e açúcar – ou minérios – cobre, aço e ouro, entre outros), fontes de especulação como quaisquer outras mercadorias. Conforme o professor, isso tem reflexos sociais fabulosos que afetam tanto aqueles que pretendem fazer doações quanto os que precisam delas. “Quem depende da importação ou da doação de alimentos como os países africanos, que são os mais pobres, fica sujeito à instabilidade do mercado”.

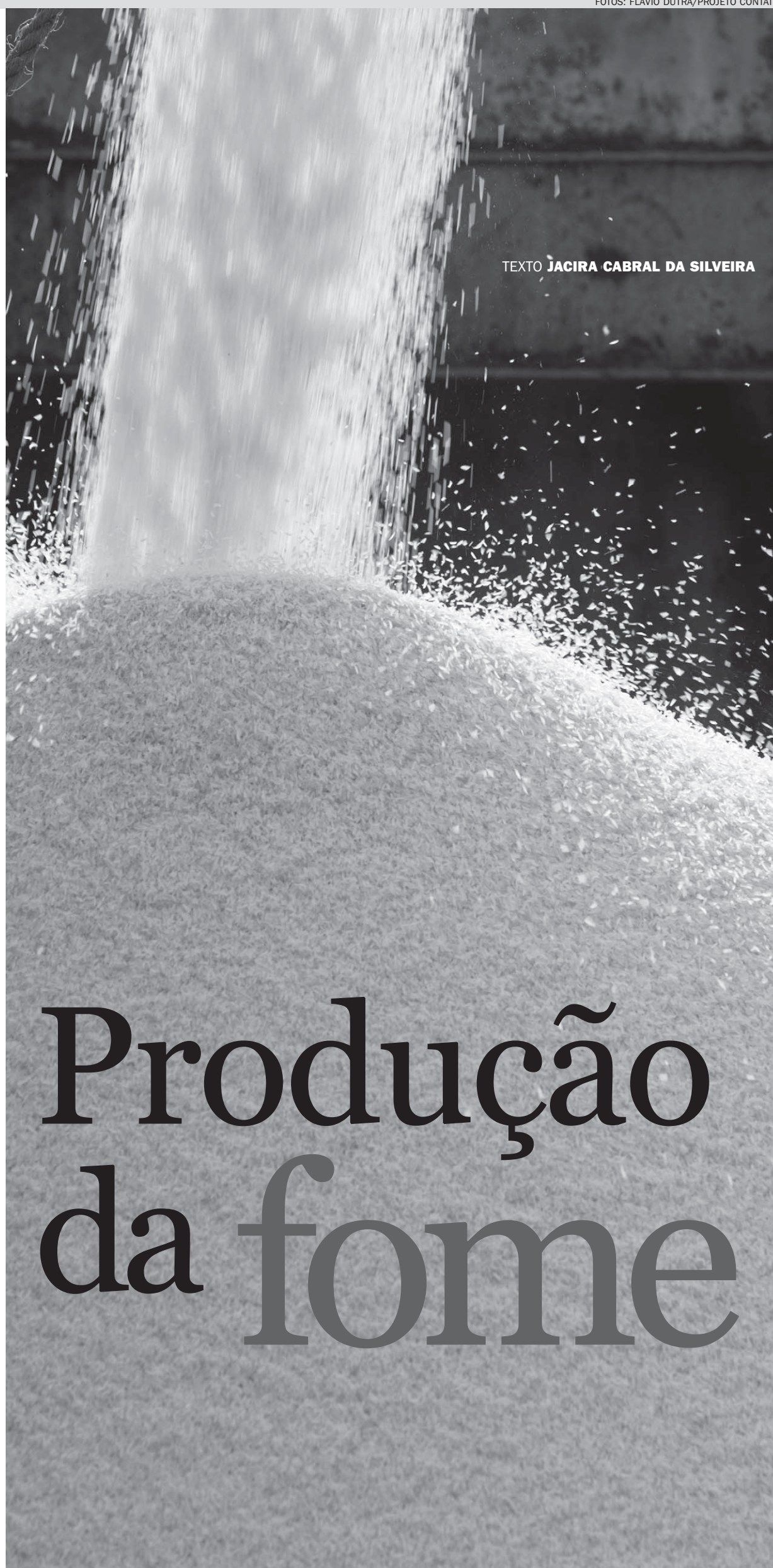
Para ilustrar, o economista lembra que o Fundo para Alimentação

da FAO, está pedindo uma suplementação de recursos aos países associados, porque triplicaram os preços dos produtos adquiridos para doar às populações pobres do mundo. “O que significa que hoje o Fundo pode alimentar um terço da população que atendia há dois anos.” De acordo com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, o esforço dos países em desenvolvimento e dos doadores deverá ser de US\$ 15 a 20 bilhões para poder dobrar a produção mundial de alimentos.

“A agricultura necessita de mais investimentos, voltando a ser prioridade política das nações para ajudar a garantir a segurança alimentar, principalmente nos países mais pobres.” A afirmação é do representante regional para a América Lati-

na e o Caribe e subdiretor da FAO, José Graziano da Silva, em entrevista para a BBC do Brasil, durante sua participação na reunião da entidade em Roma.

Assim como o dirigente internacional, Mielitz defende a necessidade de políticas públicas e internacionais, porém ressalta que, conforme o enfoque de cada nação ou segmento social ligado à crise, as medidas tomadas serão mais ou menos efetivas, mais ou menos sociais. O documento resultante da reunião de Roma adota a mesma linha: “Os diferentes pontos de vista sobre como seguir adiante podem ser resumidos em três: (continuar) os negócios como sempre, (aplicar) uma moratória ou construir um consenso intergovernamental”.



TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA

Produção da fome

Políticas A crise do lado de cá

De acordo com o agrônomo e professor da UFRGS, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto, as políticas públicas adotadas dependem do diagnóstico que os governos fazem da atual crise dos alimentos. “No Brasil, dois órgãos tratam do caso: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário e eles têm diagnósticos diferentes”, diz o professor.

Na visão do Ministério da Agricultura, a saída está no aumento da produção. Como os preços agrícolas estão subindo, o mundo precisa mais de tais produtos. O que resulta em políticas de mais créditos, redução do chamado custo Brasil e eliminação de alguns impostos que reduzam o custo de produção da agricultura, ou seja, políticas para aumentar a produção. “Para eles tudo é oportunidade”, explica Mielitz.

Já no Ministério do Desenvolvimento Agrário o enfoque é o abastecimento. A exemplo do que vem ocorrendo na Argentina, os técnicos do órgão defendem o desenvolvimento de políticas de abastecimento, de formação de estoques reguladores e de preços mínimos. “Porque quem produz alimento no Brasil é a agricultura familiar. Por isso a necessidade de uma política diferenciada para esse tipo de público que não apenas as políticas de oferta.”

Na opinião do professor, há uma disputa de projetos políticos entre os ministérios. No cenário da agricultura nacional ele afirma que já começam a aparecer vários grupos internacionais que estão comprando terras para plantio. Isso leva à elevação dos preços das terras dificultando a reforma agrária, uma vez que o Incra não encontra terras baratas para destinar à reforma. “Em algumas regiões centrais como Mato Grosso, Paraná e São Paulo o valor das terras subiu este ano de 30 a 40%, o que inviabiliza também a aquisição pelos pequenos agricultores,” diz o agrônomo.

Considerando a realidade brasileira diante da crise dos alimentos, Mielitz avalia que, no fundo, o que está em disputa é o tipo de agricultura que o país quer: “Vamos transformar o Centro Oeste brasileiro num grande canavial? Em caso afirmativo, seria esse um projeto razoável para o Brasil, o de transformar-se em exportador de álcool para o resto do mundo? Que tipo de emprego é gerado e quais os impactos ambientais dessa opção?”, questiona o professor.

Reações em escala global

Egito Com a alta mundial do trigo, população recorre ao pão subsidiado, levando à escassez do produto.

Camarões Após onda de protestos, o governo cortou os impostos e aumentou o salário mínimo em 15%.

Burkina Faso Cerca de 300 manifestantes foram presos em protesto contra a alta de preços dos alimentos. Sindicatos convocaram greve geral e pedem cortes nos impostos.

Costa do Marfim No início de abril, o governo decidiu baixar os impostos sobre a importação dos alimentos. Cerca de 49% da população vive abaixo da linha de pobreza, dispondo de menos de US\$ 2 ao dia.

Mauritânia Protestos começaram em 2007, com o aumento do preço dos grãos e do combustível. O país importa cerca de 70% dos alimentos consumidos pela população.

China Expansão do consumo provoca aumento da inflação que, em fevereiro, chegou a 8,7%. Para conter a alta dos preços dos alimentos, o governo impôs limites às exportações desses produtos.

Ucrânia Inflação atingiu índice recorde. Os alimentos subiram 40,7% no acumulado dos últimos 12 meses e o governo decidiu cortar os impostos sobre importações de alimentos.

Fonte: Estadão, 28 de abril de 2008.

ONU diz que aumento de preços pode representar retrocesso de sete anos nas Metas do Milênio



Carregamento de arroz em casca com destino a Nova Santa Rita (RS) para industrialização e comercialização

Carlos Mielitz “A diferença é a rapidez na alta dos preços”

“Sempre houve seca, sempre houve fome, subsídios, mas a conjunção de todos esses fatores, mais a alta do petróleo e as questões de demanda, compõem o cenário da atual crise dos alimentos.” Mielitz, agrônomo com mestrado em economia rural pela UFRGS, e doutor em economia pela Unicamp, com pós-doutorado em comércio internacional e política agrícola pela Universidade de Paris, é cauteloso em chamar de crise a atual situação do mercado internacional de alimentos. Pesquisador da área há 30 anos, embora reconheça o aspecto crítico da fome mundial, o professor chama a atenção para o efeito alarmista da situação, que “pode estimular a estocagem doméstica que leva à estocagem do varejo, resultando em preços mais altos”. Está criado o ciclo: fazem-se estoques para não faltar alimento, os preços sobem por que o produto escasseia no mercado, e sobem mais ainda quando retornam ao mercado.

Mas se, por um lado, a fome não é novidade, por outro, é a rapidez com que os preços vêm subindo que diferencia a recente situação mundial dos alimentos. “Há uma conjunção de elementos que contribuem para isso.” Segundo o professor, os fatores causadores da crise podem ser atribuídos, tanto ao lado da oferta quanto ao da demanda de alimentos.



Como primeiro fator ligado à oferta, ele cita o aumento dos preços do petróleo e de seus derivados. As frequentes altas causam impacto no custo de produção e no transporte dos insumos e da matéria-prima para a agricultura, e até mesmo no próprio custo de produção da lavoura.

Outra causa do lado da oferta são as safras frustradas que ocorreram em países como Austrália, Nova Zelândia, Egito e Cazaquistão. “Momentaneamente, a falta desses produtos (trigo e arroz) teria feito o preço do mercado mundial subir.” Justificativa que, para o professor, poderia ser resolvida com a chegada de uma nova safra correspondente ao padrão normal de oferta. Safras frustradas, restrições às exportações, chega-se aí a um outro fator da crise associado à oferta. “Esses países que tiveram problema com suas safras, limitaram ou proibiram a exportação de produtos agrícolas, porque precisam abastecer primeiro o mercado interno, o que resulta na inevitável falta desses alimentos aos habituais países compradores”, explica Mielitz.

A quarta razão do lado da oferta, na opinião do professor, são os subsídios que a agricultura norte-americana e europeia concede aos seus produtores. “Esse é um debate eterno, mas eles não abrem mão de seus subsídios. Eles mascaram, mudam a forma, mas sempre dão subsídios.” Para aqueles que reprovam essa política, o excesso de produção da Europa e dos EUA vai para o mercado mundial, reduzindo os preços e inviabilizando a produção, principalmente dos países africanos e asiáti-

Expansão da lavoura de cana sobre as áreas de pastagens no Centro-Oeste brasileiro pode acelerar o desmatamento amazônico

	Números do aumento*			Valor expresso em R\$		
	Maio de	2006	2007	2008		
	Arroz	0,89	1,07	1,73		
	Feijão preto	2,15	1,54	3,58		
	Pãezinhos	0,39	0,42	0,52		
	Óleo de soja	1,80	2,15	3,48		

* Dados de relatório do IEPE/2008
Unidade de medida referente à 100g

cos, que não conseguem concorrer com os produtos norte-americanos subsidiados: “Os americanos direcionam para a África excedentes do seu trigo, milho e soja a preços muito baixos ou até distribuem gratuitamente como auxílio alimentar. O que acaba desestruturando as agriculturas locais desses países.”

Do lado da demanda, Mielitz destaca o grande crescimento de consumo dos países asiáticos, principalmente China e Índia. “Os chineses dobraram o consumo de carne nos últimos dez anos.” Hoje, para cada quilo de carne (porco ou galinha) comprado em confinamento, são necessários de sete a oito quilos de grãos para ração desses animais. Considerando que são mais de um bilhão de chineses, e multiplicando esse total por dez quilos de grãos, mais dez quilos de carne, que representam o incremento no consumo, o impacto no mercado gera aumento de demanda e, conseqüentemente, no preço do alimento. Esses mesmos países, de acordo com o professor, estão usando grãos para fazer biocombustível, o que tam-

bém faz crescer a demanda para esta finalidade.

O problema dos biocombustíveis como causadores da crise também diz respeito ao Brasil. Especialistas alegam que estaria havendo uma competição por áreas de plantio para produção de combustíveis e de alimentos, problema que atinge a Europa e os EUA. “Em nosso país isso ainda não é problema, pois em 2007 aumentamos a área de plantio de cana-de-açúcar, bem como a área destinada a produtos alimentares”, reforça. Entretanto, Mielitz ressalta que, como o alargamento das lavouras de cana no Centro-Oeste brasileiro está se dando sobre as áreas de pastagem de gado, e essas áreas se expandem sobre a Amazônia, há o perigo da aceleração do desmatamento amazônico.

A terceira e quarta razões associadas à demanda mencionadas por Mielitz foram citadas no início desta matéria: a especulação financeira que os grupos econômicos passaram a fazer com as commodities, e a formação de estoque por aqueles que temem a continuidade dessa elevação de preços.

Estoques da Cesa ajudam a regular o mercado

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), empresa ligada à Secretaria da Agricultura, é uma rede constituída de 23 terminais em regiões estratégicas do estado. Com essa disposição, é possível atender cerca de 300 municípios, prestando serviços na área de beneficiamento, tratamento fitossanitário, secagem e limpeza. “A Cesa é um instrumento da política de abastecimento, tanto do governo estadual quanto federal,” define o gerente do terminal portuário de Porto Alegre da Companhia, o agrônomo Nelson Luiz Gomes. “Quando há escassez de arroz, por exemplo, o governo federal faz leilões dos estoques reguladores. As indústrias compram, promovem seu beneficiamento, para depois lançá-lo no mercado, equilibrando os preços.”

Nos silos da Cesa na capital até pouco tempo estavam estocadas produções de 2004/2005 que começaram a ser disponibilizadas no mercado para consumo. Segundo Gomes, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), através do governo federal, faz doações por meio de programas de alimentação ou simplesmente manda os produtos excedentes para regiões mais carentes do país. O Rio Grande do Sul produz muito mais arroz do que consome. “Neste ano, a produção alcançou 7 milhões e 400 mil toneladas. Como o estado gasta cerca de um milhão de toneladas, o excedente é consumido no resto do país”, comenta o agrônomo. “Mas em função da atual crise mundial de alimentos, parte desse arroz está sendo exportado para outros países,” complementa.

No dia em que a equipe de reportagem do Jornal da Universidade esteve nos silos da Cesa, uma chata (embarcação especial para transporte de grãos) aguardava para armazenar um carregamento de trigo argentino de cerca de 10 mil toneladas. “Não somos auto-suficientes em trigo, 30% é nosso, o resto é importado”, informa Celso Simões Pires, inspetor de produção da Companhia.

É em momentos como o atual “em que há uma crise, que sentimos satisfação em desenvolver uma atividade que lida com alimento,” orgulha-se o gerente. Por outro lado, Gomes reclama a falta de reconhecimento do Estado quanto ao aspecto social e estratégico de apoio à agricultura gaúcha desenvolvido pela Cesa. Prova disso, é a redução do número de funcionários dos silos de Porto Alegre, comenta o agrônomo.



“Se hay gobierno, soy contra”

Campo Retenção às exportações é barrada no Senado, mas crise política continua

Caroline da Silva

Apesar do triunfo dos ruralistas, a política portenha não regressa à paz. A derrota de Cristina Kirchner com a não aprovação pelo Senado da resolução 125, que aumentava os impostos sobre a exportação de grãos, gera instabilidade econômica – e política. Nem a presidente, nem seu marido, Néstor, esperavam tamanha oposição.

O mandato de Cristina, eleita com maioria no Congresso, iniciou em dezembro. Em março, foi promulgado o decreto que instituiu alíquotas móveis para as vendas exteriores de produtos. O objetivo era inibir as exportações, privilegiar o abastecimento doméstico e combater a inflação.

No entanto, a decisão protecionista não agradou os proprietários rurais. Tendo que pagar impostos mais altos, os produtores do agronegócio promoveram bloqueios nas estradas como forma de protesto ao ato administrativo. Foram meses de paralisações, fenômeno chamado pelos argentinos de “cortes de rutas”. Os gêneros alimentícios não chegavam às cidades, gerando desabastecimento e mais inflação. Toda a população foi atingida pela resolução 125 e os famosos painéis ampliaram o conflito.

Votação – As negociações entre governo e representantes do campo eram retomadas e rompidas, os protestos e preços dos alimentos só aumentavam. Para legitimar sua decisão, a ex-primeira-dama resolveu enviar o projeto de alta tributária para votação no Congresso. Em 5 de julho, a Câmara dos Deputados, de maioria governista, aprovou a proposta por 129 votos a 122.

No Senado, esperava-se que a sanção fosse duramente debatida, mas aprovada. Até porque, em caso de empate, o voto de Minerva seria do presidente da Casa, Julio Cobos, vice de Cristina Kirchner. Depois de 16 horas de sessão, em 16 de julho, com 36 votos a favor e 36 contra, o dirigente da Câmara Alta votou contra as retenções. A resolução que dividiu o país estava também dividindo o governo. A crise, que era econômica, ganhou uma dimensão política gigantesca. O próprio partido Justicialista (peronista) dos Kirchner não se mostrou coeso.

Tudo como era antes? – O projeto do Executivo só poderá ser debatido novamente em 2009. Dois dias depois do veto do Senado, o governo ar-



Mobilização dos ruralistas garantiu a derrubada da resolução que taxava exportações

FOTOS: FLÁVIO DUFRAY/PROJETO CONTATO

gentino anunciou a revogação da resolução 125, estabelecendo que os níveis tributários para as exportações de soja, trigo, milho e girassol voltassem a ser os fixados em novembro.

A briga política continua, com uma oposição fortalecida e um governo sem prestígio. A imagem de Cristina Kirchner sofreu, pesquisas mostraram que sua popularidade caiu 30 pontos percentuais desde janeiro. De forma semelhante, o ex-presidente Néstor Kirchner, que se envolveu diretamente na disputa, convocando marchas de apoio a sua esposa, parece não exercer a mesma influência. Nada será como antes depois de março para os K, como é chamado o casal Kirchner pela imprensa argentina.

Economia – A alimentação nunca esteve tão cara na Argentina. Quem garante é a professora de História Caroline Bauer. A doutoranda da UFRGS faz viagens regulares ao país vizinho para desenvolver sua pesquisa sobre a ditadura militar portenha em comparação com a brasileira. A historiadora esteve em Buenos Aires e La Plata em janeiro e março e regressará em setembro para dar continuidade a suas investigações nos arquivos argentinos. Ela conta que, apesar do câmbio ainda estar favorável aos brasileiros, em sua última estada era notório o aumento do preço dos alimentos, que chegou a aproximadamente 10% para o consumidor.

Caroline vai à capital desde 1997 e assegura que, com exceção da crise

de 2001, esse é o período mais crítico nos preços dos alimentos: “Como os hábitos alimentares são bastante parecidos aos dos gaúchos (muito consumo de carne bovina), isso pesou bastante no bolso dos argentinos”. O cenário inflacionado é reflexo da chamada crise mundial dos alimentos.

Plantando, tudo dá – “O subsídio da Argentina à agricultura é a natureza”, define Luiz Augusto Estrella Faria, professor de Economia da UFRGS e editor da revista *Indicadores Econômicos* da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE). O economista garante que se trata da terra mais produtiva do mundo, onde adubos e defensivos agrícolas são dispensáveis. O setor primário é responsável por 20% do PIB (Produto Interno Bruto) argentino; o país desindustrializou-se entre os anos 70 e 90. O caminho para a reindustrialização proposta pelos últimos governos passa pelo Mercosul e, ironicamente, é financiado com o excedente gerado pela exportação agropecuária.

A situação ficou preocupante quando o preço mundial de produtos como a soja subiu muito. “A Argentina passou pelo fenômeno de ‘sojificação’, quando os latifundiários migraram em massa para a produção do grão. Inclusive os fornecedores de carne mataram as vacas e plantaram soja no pasto. Hoje, ela corresponde a mais da metade das exportações.” Faria explica que, quando se exporta determinado produto em grande quantidade a um preço alto, entra muita moeda estrangeira no país e a moeda local se valoriza muito. Quando isso ocorre, são necessárias estratégias para evitar que a diferença entre exportação e importação seja negociada no mercado monetário internacional. “Uma maneira é essa que a Argentina fez: retenção. A moeda não entra no país, o governo fica com ela em forma de imposto, que vai para o orçamento, e no orçamento ele controla, não deixa a moeda ser ofertada no mercado, e aí desvaloriza o peso”, esclarece, justificando a medida adotada por Cristina Kirchner. Conforme o professor, o seu principal efeito é manter a taxa de câmbio competitiva, evitando que haja uma enxurrada

de dólares na economia argentina e que sua indústria enfrente problemas em setores como o calçadista e o da confecção.

Erros de interpretação – Para Luiz Faria, os ruralistas encararam a situação com uma visão míope: “Se o governo deixasse o câmbio valorizar, eles iam perder dinheiro. Não perceberam que era um movimento pensando no futuro”.

Na opinião do economista, a política econômica de Cristina está bem abalada. Ele conta que a presidente é acusada de ser leniente com a inflação: “Ela acha que crescimento é mais importante que inflação, e nisso está certa. Como agora a inflação está bem alta, deverá haver uma contenção”. Mas o professor diz que não é caso de alerta, pois o país vem tendo superávit e um orçamento folgado para investir inclusive em áreas débeis, como a energética.

Cultura política – “Em relação aos protestos, esta é uma marca da cultura argentina”, afirma Caroline Bauer. A historiadora explica que, apesar de Argentina e Brasil possuírem muitas semelhanças no que diz respeito aos processos históricos, a cultura política dos dois países é bastante diversa. Ela cita a questão da educação como um componente fundamental para esta diferença: “O nível cultural e educacional é bastante elevado. Além disso, teríamos a questão do peronismo, que foi fundamental para a mobilização política de várias gerações, com diversas interpretações e acepções dos ideais difundidos por Juan Perón”.

Na opinião da pesquisadora, as mobilizações suscitam a discussão no âmbito governamental das questões levantadas pela sociedade. “É outra característica da cultura política argentina: a participação da população em todos os níveis da política e o respeito dos governantes pela opinião da sociedade. Mas não se pode esquecer, também, o grande aparato repressivo-policia que existe naquele país, herança da ditadura militar e de uma cultura de autoritarismo e violência que também é comum ao Brasil”, conclui Caroline.

Desde Córdoba...

Relato de Juliana Medeiros, professora de História formada pela UFRGS, que reside na cidade argentina há dois anos

“A inflação, desde março, vem aumentando em níveis galopantes, principalmente na carne, no leite e nas verduras. O preço da carne, por exemplo, chegou a elevar-se muito no período de obstrução das estradas e voltou a baixar, quando Cristina decidiu levar a medida ao Congresso. Mas eles nunca retornam ao valor inicial, e assim vai se acumulando a inflação. Nos dias de maior crise, faltaram alimentos nos supermercados.

Minha vida foi diretamente afetada pelos protestos dos homens do agronegócio, quando viajei a Rosário no feriado do Dia da Bandeira (14 a 16 de junho). Havia centenas de caminhões parados em fila indiana, e meu ônibus teve que tomar uma estrada de terra para desviar dos bloqueios. No retorno fomos parados pelos “piqueteiros” que, sem nenhum cartaz ou panfleto divulgando suas ações, obstruíam a via com pneus em chamas, ao lado de suas caminhonetes 4X4.

A decisão da presidente de aumentar as retenções a um valor acima dos 40%, tomada de cima para baixo, me pareceu um erro político. O discurso baseado na premissa da ‘distribuição de riquezas’ não deixou claro de que forma se daria esta almejada distribuição. Quando questionada pelos representantes do campo, ela se esquivou do diálogo e, somente quase quatro meses depois de instalada a crise, decidiu abandonar um pouco sua prepotência para tentar resolver o conflito. Houve falta de habilidade do governo Kirchner em se comunicar com as forças políticas e a opinião pública. A imprensa explorou o ‘não diálogo’ de Cristina e passou a idéia dos ruralistas como trabalhadores e responsáveis pelo crescimento do país, fazendo a medida parecer injusta.”



Apoiadores de Cristina Kirchner não conseguiram a aprovação do projeto



Gestão ambiental gaúcha continua envolta em polêmica

Licenciamento

Atuação da Fepam é criticada por pesquisadores e ambientalistas, que acusam o órgão de atender a interesses privados

Os números do eucalipto no estado impressionam. Segundo o projeto apresentado em 2004 pelas multinacionais brasileiras Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel, além da finlandesa Stora Enso, nos próximos três anos, o Rio Grande do Sul deve receber investimentos de 10,7 bilhões de reais, dinheiro destinado à criação de um núcleo de produção de celulose. O projeto prevê a ocupação de 500 mil hectares com o plantio de árvores e a construção de duas fábricas, além da expansão de uma terceira, já existente em Guaíba, de propriedade da Aracruz. O empreendimento é tratado pelo governo, tanto o atual, de Yeda Crusius, quanto o anterior, de Germano Rigotto, como a redenção para a chamada Metade Sul do estado, que há anos vive uma triste estagnação econômica.

Apesar de abranger metade do território gaúcho, a região abriga apenas um quarto da população do estado, não sendo responsável por mais do que 21% do PIB. Diante desse cenário, os bilhões de reais prometidos pelas gigantes do papel parecem irrecusáveis. Segundo a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do governo estadual, seriam gerados 16 mil empregos diretos, com o envolvimento de 75 mil famílias no plantio, quando todas as fases de produção de celulose estivessem instaladas. A secretaria também estima um incremento de cerca de 20% na arrecadação em razão dos investimentos, dinheiro muito bem-vindo para um estado em profunda crise financeira.

Contraponto – Em meio ao cenário paradisíaco construído pelo discurso oficial das empresas e do governo, no entanto, as críticas ao projeto proliferam. Em frontal oposição, entidades ambientalistas e professores universitários afirmam que o eucalipto, se introduzido em larga escala no pampa, pode trazer impactos ambientais irreversíveis, além de não proporcionar a distribuição de riquezas.

Para o diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Iepe) da UFRGS, professor Lovoís Miguel, a introdução da silvicultura não deve alterar o panorama da região, caracterizada por um baixo dinamismo econômico: “A Metade Sul tem sua economia baseada em atividades extensivas, com exceção do arroz, que geram pouco emprego, pouco dinamismo econômico e pouca riqueza. Como o tecido econômico é muito disperso, muito tênue, isso faz com que a capacidade dessa região de se desenvolver de maneira autônoma, com sua própria capacidade de poupança, seja muito reduzida”. Segundo ele, essa situação permanecerá



Apesar das promessas de emprego, poucos manipularão os equipamentos e máquinas usados no corte de eucaliptos

FLAVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

inalterada, porque grande parte da riqueza gerada com o plantio de eucalipto não deve ser reinvestida na região. “As pessoas que estão realizando os reflorestamentos moram em outras áreas do Rio Grande do Sul, nas grandes cidades. Provavelmente, a renda que elas obtiverem arrendando ou mesmo vendendo suas terras para as grandes reflorestadoras vai ser transferida para as cidades, e não reinvestida nessas localidades. Vai ser drenada para Porto Alegre, para Pelotas...”

Lovoís também reage com pessimismo ao comentar os efeitos da chegada da silvicultura sobre o desenvolvimento social. Aos que afirmam que a atividade é a solução para a falta de empregos na região, ele faz um alerta: “É óbvio que o reflorestamento é uma atividade que gera empregos, impostos e riquezas, mas grande parte da população não vai ser empregada nas atividades melhor remuneradas, que requisitam maior qualificação. São poucas pessoas que vão manipular os equipamentos e máquinas [utilizados no corte de eucaliptos]. E as atividades de reduzida qualificação, como o plantio e controle de insetos, empregam pouco e com baixa remuneração”.

Críticas – Para Paulo Brack, professor do Departamento de Botânica da UFRGS e membro da ONG Ingá, é um desrespeito o modo como está sendo conduzido esse processo no estado. “Na minha concepção, as direções da Sema e da Fepam não apresentam os técnicos da área ambiental. São simplesmente interventores que estão aí para facilitar o plantio dessas grandes empresas”.

Além de criticar as decisões políticas do governo na área ambiental, Brack também considera que existem alguns acontecimentos mal explicados dentro da gestão. “Técnicos que já trabalham há mais de 20 anos com o licenciamento e têm conhe-

cimento sobre impactos ambientais e biodiversidade foram afastados do processo. Hoje, nós temos técnicos sem acúmulo de conhecimento nesta área.”

Suas afirmações são endossadas pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul (Semapi/RS). Em nota em seu site, a entidade informa que os técnicos que analisaram o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para a expansão da fábrica da Aracruz em Guaíba emitiram parecer contrário à emissão da licença, afirmando “que os referidos estudos apresentam uma série de inconsistências, que inviabilizam sua análise e conclusão final para fins de emissão da licença ambiental requerida”. Ainda segundo o Semapi, os três técnicos que fizeram a análise foram afastados do caso, transferidos para o laboratório da Fepam. Seu parecer foi ignorado e, alguns dias depois, a licença ambiental para a expansão da fábrica (que será quadruplicada) foi emitida.

Em meio a todos esses confrontos, sobrou espaço até para denúncias de censura. O Conselho Deliberativo da TVE-RS emitiu, no dia 9 de julho, um parecer afirmando que houve interferência da presidência da emissora em uma matéria sobre zoneamento ambiental. Segundo o documento, “(...) A chefe de reportagem Márcia Escobar recebeu recomendação do coordenador de produção, Luiz Carlos Mazoni, para que fosse feita uma ‘edição cuidadosa’, pois o presidente Airton Nedel havia recebido ligação do secretário do Meio Ambiente reclamando do comportamento da repórter”. Apesar de não considerar a atitude como censura, o conselho criticou o estímulo à auto-censura.

Diego Difini, estudante do 5º semestre de Jornalismo da Fabico

Cronologia do conflito

O impacto ecológico que o plantio em larga escala de uma espécie exótica de árvore como o eucalipto pode causar vem gerando polêmica. A briga entre entidades ambientalistas e as empresas, apoiadas pelo governo, interessado em garantir os investimentos no estado, gira, basicamente, em torno de condições e restrições ao plantio.

Em janeiro de 2007, foi entregue à secretária Estadual do Meio Ambiente o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura (ZAS), estudo realizado por técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), da Fundação Zoobotânica (FZB) e pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (Defap). O trabalho dividia o Rio Grande do Sul em 45 Unidades de Paisagem Natural (UNP) zonas com vegetação, solo, geomorfologia e altimetria semelhante, classificando cada uma delas como de alta, média ou baixa restrição ao plantio de eucaliptos.

No total, 8,7 milhões de hectares foram pesquisados, sendo 127 mil definidos como de alta restrição (zonas em que apenas 2% da área de uma propriedade podia ser ocupada com o plantio de eucalipto); 6,2 milhões, como de média restrição (30 a 40% da área de cada propriedade) e 2 milhões, como de baixa restrição (até 50% de cada propriedade). O ZAS ainda definia um limite máximo para cada zona de plantio contínuo (cinco mil hectares) e determinava que deveria haver um intervalo de três quilômetros entre bosques com mais de 500 hectares.

O zoneamento foi considerado muito restritivo pelas empresas, que afirmavam ser economicamente inviável investir com tais limitações. Desse modo, Irineu Schneider, então presidente da Fepam, acabou deixando o cargo no dia 3 de maio de 2007, após tentar acelerar a validação do ZAS. No dia seguinte, também pediu demissão a bióloga Vera Callegaro, secretária estadual

do Meio Ambiente.

No lugar da bióloga, à frente da Sema, assumiu o promotor de justiça da área criminal Carlos Otaviano Brenner de Moraes. Para substituir Irineu Schneider na Fepam, a governadora Yeda Crusius indicou Ana Pellini, até aquele momento secretária estadual de Segurança. Ao tomar posse, o novo secretário do Meio Ambiente firmou acordo com o Ministério Público Estadual, definindo que o zoneamento não seria critério único para a concessão de licenças. Ao mesmo tempo, a equipe que trabalhava no projeto, coordenada pela engenheira ambiental Sílvia Mara Pagel, pela geógrafa Lillian Vaquil e pela arquiteta Ana Rosa Bered, foi afastada da atividade de licenciamento ambiental.

Em 25 de maio, Pellini emitiu portaria criando uma força-tarefa (Portaria n. 32 de 2007, da Fepam) para, segundo ela, “destravar” as licenças. Após liberar áreas de até 40 hectares do licenciamento prévio e do licenciamento de operação, a Fepam passou a acelerar os processos restantes, diminuindo, segundo o secretário do Meio Ambiente, o número de licenciamentos pendentes no órgão de oito para três mil no período de um ano.

Enquanto isso, o ZAS era analisado por um grupo de trabalho e pelas Câmeras Técnicas da Sema. Apresentado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) em 9 de abril de 2008, após mais de um ano de sua entrega à Fepam, o trabalho foi finalmente aprovado. Porém, o texto ratificado pelo Consema passava longe do original. Na prática, todas as restrições foram eliminadas, não havendo mais determinação quanto à área de uma propriedade que pode ser ocupada com a silvicultura ou quanto ao tamanho máximo dos bosques. A obrigação de haver um intervalo entre esses plantios também desapareceu.



Para onde caminha a crítica?

Debate *Textos críticos perdem espaço nos meios de comunicação e também na academia*

Considerada por muitos intelectuais um meio fundamental para a construção de conhecimento, a crítica, em todas as suas dimensões, vem perdendo terreno na grande mídia. Por sua vez, o espaço acadêmico destinado à atividade é motivo de divergência entre os críticos. Em meio a isso, o Jornal da Universidade conversou com uma série de estudiosos do assunto para compreender melhor o que se pode considerar crítica e qual o seu futuro no Brasil.

Para Arthur Nestrovski, doutor em literatura e música pela Universidade de Iowa (EUA), o que, frequentemente, é considerado um texto crítico não passa, muitas vezes, de uma opinião. Mas o que diferencia o juízo crítico de uma simples ideia? Nas palavras de Nestrovski, também músico e articulista da Folha de S.Paulo, “a opinião é subjetiva. A crítica precisa exercer um trabalho analítico sobre a obra. Antes de fazer uma interpretação, tem que ser capaz de descrever em termos da própria linguagem que está sendo posta em jogo. Dizer se foi bom ou ruim não é crítica”. Segundo o pianista, colunista e professor do Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS, Celso Giannetti Loureiro Chaves, cabe ao crítico “enfocar analiticamente algum fenômeno cultural, sem paternalismo ou proselitismo”.

As visões sobre o assunto são variadas. Há quem diga que esse gênero jornalístico não sirva para nada, uma vez que a atenção do público estaria muito mais voltada para os esforços publicitários do que para a “opinião de um chato, um esnobe”, argumenta Nestrovski. Outros acreditam que a crítica exista como um meio generalizante de opiniões ou um espaço comprado por grandes teatros, editoras e gravadoras para a glória e ruína

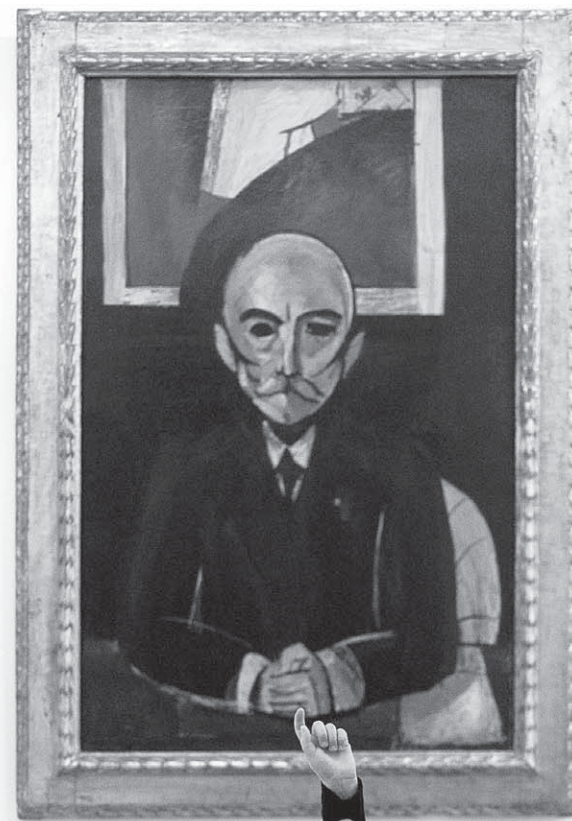
de novos talentos. De acordo com a renomada crítica teatral Barbara Heliodora, “idealmente, a crítica presta o serviço de levar o público um pouco além do ‘gostei’ ou ‘não gostei’, aprimorando seu próprio horizonte cultural.” Conforme Nestrovski, a crítica nasce da estranheza do novo e existe para desintoxicar nossos hábitos de percepção. “Em outras palavras, o ato de ler uma crítica nos ajuda a perceber uma obra a partir de aspectos inimagináveis, desenvolvendo nossa capacidade perceptiva.” Neste sentido, crítica e cultura andam juntas. Porém, Celso Loureiro Chaves lembra que, muitas vezes, o que contribui para a construção de uma imagem negativa da crítica é a maneira como esta chega ao público. “Se a crítica, por sua pontualidade, acaba segregada nos cadernos culturais, quando estes existem, ela é acusada de elitista. Ao mesmo tempo, quando feita num espaço mais geral, assume um caráter mais opinático, menos informativo. E essas situações enfraquecem seu prestígio.”

Perda de espaço – Colunas cada vez mais limitadas na mídia impressa. Essa é a situação na qual se encontra a crítica hoje, seja ela teatral, cinematográfica, de artes, musical etc. Mas, se é tão importante para o desenvolvimento intelectual, por que esse espaço beira o fim? Os altos preços do papel jornal e o contingente reduzido de leitores são possíveis respostas para a questão. No entanto, para Paulo Gomes, doutor em Artes Plásticas e curador do acervo do Instituto de Artes da UFRGS, a situação é mais complexa. O pesquisador acredita que “não há uma relação da crítica com a grande mídia devido à ausência de interesse por discursos esclarecedores. A grande mídia quer novidades, fatos que são notícia. Assim sendo, torna-se difícil uma relação entre um lado, que deseja um diálogo profundo e revelador, e outro, que quer superficialidade e ligeireza”. Já a jornalista, doutora em Cinema e presidente da Associação

de Críticos de Cinema do RS, Ivonete Pinto, vê o fenômeno como natural, afirmando que “esta é uma tendência não só no Brasil: cada vez mais, jornais dão menos espaço à reflexão. Não fico lamentando. Acho que, em compensação, muitos são os espaços que surgem para provocar a reflexão. É preciso apenas que, tanto quem escreve quanto quem lê, procure ou os invente”.

Universo acadêmico – Arthur Nestrovski, que esteve na UFRGS participando da edição de junho do projeto Unidéia, questiona: “Por que não se desenvolve mais crítica na universidade? Aqui mesmo, por que todos os espetáculos que estão em cartaz nos espaços culturais não são resenhados pelos alunos? O que custa colocar isso nos próprios veículos de comunicação da Universidade?” A resposta para esta pergunta não é simples, pois existem diferentes pontos de vista. Ivonete Pinto acha que o meio acadêmico poderia suprir a deficiência deixada pela mídia. “O problema é que a universidade está muito voltada para si. A produção intelectual não circula. E tem a questão da linguagem fechada que teima em existir. Ser profundo não significa falar por códigos.” Concordando em parte com a opinião da jornalista, Barbara Heliodora diz que “são poucas as publicações acadêmicas sobre as artes, mas algumas começam a aparecer. O espaço para a crítica ensaística é muito bom. Os departamentos de teoria teatral estão começando a produzir esse tipo de material”. Já na visão de Celso Loureiro Chaves, “há potencialidade crítica no círculo acadêmico, mas os meios ainda são poucos para aproveitá-la e veiculá-la”. Por fim, Paulo Gomes entende que “a universidade pública ainda é um refúgio para o crescimento da produção crítica, porque há tempo para pensar e para o diálogo”.

Paula Vieira, estudante do 3º semestre de *Jornalismo da Fabco* – Especial para o JU



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

Crítica e público Um fenômeno curioso

Enquanto a crítica desaparece gradualmente dos grandes veículos de comunicação e a produção acadêmica não chega aos leigos, na Internet surgem quase que diariamente dezenas de *blogs* a respeito do tema. As páginas são compostas, em sua maioria, por simples opiniões, que refletem o parecer de seu autor sobre aquilo que o mesmo consumiu. No entanto, apesar de estarem muito longe do que poderia ser tomado por uma “crítica séria”, essas páginas pessoais e o seu sucesso revelam o que, há muito, os jornais e alguns intelectuais deixaram de perceber: o leitor, seja ele quem for, sente necessidade de interagir com a obra

através da crítica. Mesmo considerando irresponsável o conteúdo da maioria dos *blogs*, Arthur Nestrovski acredita que o fenômeno ocorre porque as obras não são simplesmente para serem anunciadas e consumidas, embora existam dentro de um espaço como “mercadorias culturais”. Barbara Heliodora avalia que o despertar do interesse sobre o assunto, aliado à exposição do parecer do espectador, contribui benéficamente com o teatro. Celso Loureiro Chaves completa afirmando que “os *blogs* poderão, no futuro, funcionar como uma válvula de escape para a inexistência da crítica nos meios mais tradicionais de divulgação”.

JU indica

Alfredo Bertini

Economia da Cultura

A indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil

Economia da Cultura
A indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil

de Alfredo Bertini, Editora Saraiva, 2008, 240 págs., R\$ 49 (valor médio)

A Economia da Cultura é campo recente, e como tal, depende de formação de massa crítica para a sua consolidação. Nesse sentido, uma publicação de relevância acaba de ser lançada: *Economia da Cultura - A indústria do entretenimento e o audiovisual no Brasil*. O livro de Alfredo Bertini trata do dinamismo da indústria do entretenimento e suas interfaces com o Audiovisual, da realidade da chamada economia da cultura no Brasil, assim como das relevantes questões de inserção social típicas da área. Economista de atuação destacada no “mundo real” da economia da cultura, criador de um dos maiores festivais de cinema do país (CINEPE), Bertini conhece como poucos a ponta do processo, ou seja, as relações que constituem

o mundo prático das ações do mercado cultural. Particularmente, efetuou o trânsito ideal que deveria ser perseguido pelos acadêmicos e práticos: conhecer as demandas e vicissitudes da operação cotidiana (como homem de Estado, produtor de festival de cinema e conhecedor do mundo privado do audiovisual) e promover a compreensão de fundo dos parâmetros da economia da cultura no campo do pensamento. A obra tem seu lugar assegurado no século XXI ao passar a limpo a questão de base para a inserção da Economia da Cultura no capitalismo nacional, que é o Audiovisual enquanto cadeia produtiva e instrumento de valorização simbólica. (Leandro Valiati – professor do Curso de Especialização em Economia da Cultura/UFRGS)

comunicação e cognição

semiose na mente humana

de Maria Ogécia Drigo, Editora Sulina, Eduniso 2007, 143 págs., R\$ 24 (valor médio)

A autora inicia sua análise da Semiótica de um lugar pouco comum: a Matemática. Sua justificativa é de que o termo linguagem se refere às formas sociais de comunicação e significação que inclui a linguagem verbal articulada, mas envolve também, por exemplo, a matemática, a arte, a linguagem do computador. Baseada nos preceitos de Peirce, e considerando que o pensamento se dá em signos, Maria Drigo investiga a sua ação: a semiose. Ela se propõe a comprovar – e comprova – que o movimento dos signos/interpretantes se constitui como um processo auto-organizativo, através da generalização, que corresponde à instauração de um hábito para a mente. O prefácio é de Lucia Santaella, referência nacional na área. (Caroline da Silva)

IMAGENS URBANAS
OS DIVERSOS OLHARES NA FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO URBANO

de Célia Ferraz de Souza e Sandra Jatayh Pesavento (orgs.), Editora da UFRGS 2008, 2ª edição, 292 págs., R\$ 38 (valor médio)

Coletânea de textos sobre as imagens da cidade. Um dos destaques, pelo paralelo que se pode fazer com os dias de hoje, é o artigo “O policial e a cidade, um olhar vigilante: Porto Alegre, final do século XIX”, de Cláudia Mauch. A autora dissecou o cenário que levou à criação de uma mentalidade de vigilância sistemática por parte da recém implantada Polícia Administrativa da prefeitura da capital gaúcha. Para as autoridades, o espaço urbano, com seus becos e cortiços, era percebido como esconderijo de indivíduos à margem da lei. Logo, o esquadrinha-mento do espaço urbano precisava ser feito pelos vigilantes, que deviam prevenir o delito e controlar o espaço público. Essa política acabou fracassando pela falta de profissionalização de seus agentes. (Ania Chala)

Machado

O imortal dos imortais

Marcelo Spalding

Diz-se de um escritor quando ele se torna membro da Academia Brasileira de Letras: virou um imortal. Uma forma simbólica de dizer que sua memória, e de certa forma sua vida, passarão gerações através de sua obra. Agora, o que dizer quando a questão é a morte do fundador dessa mesma Academia? No mínimo, que permanece vivo mesmo passados cem anos. Um clichê, é verdade, e em se tratando de Machado de Assis, imperdoável. Mude-se o clichê, então: que permanece mais vivo do que nunca.

Ele faleceu no dia 29 de setembro de 1908. Viu o melhor e o pior do século XIX, o século da independência política e da invenção cultural brasileiras, e mesmo já passado todo o sangrento século XX permaneceu não apenas nas livrarias como cresceu em importância e admiração no país e no mundo. O professor do curso de Letras da UFRGS Luís Augusto Fischer, que sempre se mostrou um entusiasta da obra machadiana, lembra que ele foi reconhecido já por seus contemporâneos como um escritor de exceção, “como alguém de primeiro plano”. Na ocasião do centenário de nascimento do autor, em 1939, “muitas edições de ensaios foram feitas, atestando uma mudança de patamar no debate crítico sobre Machado, numa época em que mal e mal a universidade começava a funcionar de fato, com a criação das primeiras Faculdades de Filosofia e, dentro delas, departamentos de Letras”.

Conhecedor da vasta bibliografia que o século XX produziu sobre o autor, Fischer aproveita a efeméride dos cem anos de falecimento para lançar sua contribuição, a reunião de ensaios “Machado e Borges e outros ensaios sobre Machado de Assis” (*Arquipélago Editorial*, 2008, 280 págs. preço médio R\$ 37). E participa também como um dos palestrantes do Colóquio Internacional “Os descaminhos da ironia: deslocamentos psicológicos, éticos e literários de Machado a Rosa”, que será realizado no dia 21 deste mês pelo Núcleo Filosofia-Literatura-Arte da UFRGS com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade (veja abaixo).

Aproximação com Guimarães – O colóquio reúne, a partir de um enfoque interdisciplinar, a comemoração dos cem anos de morte de Machado com o não tão comentado centenário de nascimento de Guimarães Rosa. Segundo a organizadora do evento, professora Kathrin Rosenfeld, do Programa de Pós-graduação

Literatura
Eventos, livros e peças marcam o ano do centenário da morte do maior escritor brasileiro



em Filosofia, o enfoque do encontro é da ironia e suas posturas éticas: “O humor doce de Rosa e o sarcasmo cortante de Machado têm sabores e auras inconfundíveis e muito diversas. Mais do que isto, o uso dessas duas retóricas resulta em posturas e práticas éticas diferentes. O sarcasmo implícito de Machado distancia-se do mal que ele critica, de modo camuflado, ao passo que o humor rosiano estabelece uma identificação do narrador com os males que ele contempla”.

Quando questionada sobre a importância de Machado na contemporaneidade, Kathrin faz uma singular analogia entre a ascensão do autor com as oportunidades oferecidas pelas recentes políticas inclusivas da UFRGS: “Sem embarcar nos elogios politicamente corretos que os grandes críticos internacionais fizeram e fazem a Machado, gostaria de ressaltar a sua obra (e vida) como um exemplo de emancipação através da cultura. Num momento em que as

universidades abrem a possibilidade de incluir camadas da sociedade que foram desfavorecidas, cabe ressaltar o exemplo do escritor que fez seu caminho na sociedade e na arte graças a um refinamento que podemos aprender e assimilar no contato com a cultura clássica e humanística. Esse tipo de emancipação fica difícil na nossa contemporaneidade irreverente e muitas vezes indiferente ao mérito da educação”.

A atualidade do Bruxo

Não é só nas universidades que se referencia um escritor do porte de Machado. Escritores e atores contemporâneos também entusiasmam-se falando do Bruxo do Cosme Velho, o que evidencia a inegável atualidade de sua centenária obra.

Paulo Bentancur, escritor e crítico literário gaúcho, diz que Machado não apenas influencia os escritores de hoje, mas que sua obra “chega a nossos dias com a indispensável agudeza e desafio estético e formal que o torna – junto com Tchecov – o mais moderno dos clássicos universais que vão até o século XIX”. Walmor Santos, escritor e editor, também gaúcho, vai além e arrisca dizer que nenhum brasileiro pode se afirmar escritor sem ter lido Machado: “Respeito que possa até não gostar, pois des-gosto não se discute, mas o Bruxo continua sendo o paradigma para quem verdadeiramente é escritor ou leitor”. Opinião semelhante à da escritora Valesca de Assis, que lembra ainda o fato de “Machado talvez ser mais admirado nos meios acadêmicos e entre leitores de fora do Brasil, onde é tido por muitos como superior a Eça de Queirós, embora este seja um critério dispensável, pois os dois são gênios”.

O jornalista e escritor paulista Julio Daio Borges atribui a Machado “a fixação de um registro do português brasileiro, em sua fase realista, que atravessou todo o século XX e permanece até hoje”. Contemporaneidade reconhecida também pela escritora carioca Ângela Schnoor, para quem “Machado tem uma qualidade tão jovem que parece se atualizar sempre e nunca envelhecer. Prova disso é que quando se lê um conto dele, se não soubermos o autor e a época em que foi escrito, podemos pensar que um jovem de hoje o escreveu”.

Esta contemporaneidade, aliada à importância institucional atribuída a Machado como o grande clássico da literatura brasileira (vide as leituras obrigatórias dos vestibulares), faz com que o escritor seja também um dos mais adaptados para teatro.

A atriz gaúcha Elisa Lucas, da peça *Confesso que Capitu*, aceitou o desafio de encenar uma personagem machadiana, dando voz à Capitu de *Dom Casmurro*. Segundo ela, “o espetáculo até agora foi assistido por mais de 5 mil pessoas, apresentado em teatros, feiras de livro, seminários, escolas e associações para públicos de diversas faixas etárias e classes sociais. Aqueles que não leram o romance dizem sair da encenação com vontade de ler”. Janja, atriz paranaense que encarna a personagem na peça *O enigma de Capitu*, também diz que boa parte do público sai da peça querendo ler o livro, “tanto os que já gostam da obra quanto os que leram por obrigação na escola e não haviam percebido o prazer que é estar com Machado de Assis”.

São essas adaptações das atrizes, essa aceitação do público, essa admiração confessada pelos escritores, somadas aos livros, eventos e seminários, que demonstram a vitalidade de Machado de Assis cem anos após sua morte e nos permitem entender porque se diz que um escritor quando se torna membro da Academia Brasileira de Letras virou um imortal. E porque Machado está acima mesmo de todos estes.

Colóquio Internacional Machado-Rosa – 21 de agosto

Colóquio Internacional “Os descaminhos da ironia: deslocamentos psicológicos, éticos e literários de Machado a Rosa”

Local e horário: auditório do Instituto Goethe (24 de Outubro, 112), das 14h30min às 17h30min e 19h às 21h

Organização: Núcleo Filosofia-Literatura-Arte/UFRGS

Inscrições: secretaria do Instituto Goethe, site do Núcleo Filosofia-Literatura-Arte www.filosofialiteratura.org ou com Itanajara pelo telefone: 3019-0502 E-mail para inscrições: eventos@filosofialiteratura.org

Hans Ulrich Gumbrecht (Univ. de Stanford)
A bela ironia triste de Machado

14h30min

Kathrin Rosenfield (UFRGS)
A gama dos (des)afetos brasileiros - de Machado a Rosa

Luís Augusto Fischer (UFRGS)
Machado e Borges: distanciar-se para formar

Lucia Serrano Pereira (APPOA)
Ironia e vertigem no conto machadiano

Domício Proença (Academia Brasileira de Letras)
A ironia no conto machadiano

19h

Mário Hélio de Lima (Fund. Joaquim Nabuco)
Para Inglês ver: Machado de Sterne e Guimarães Joyce - um esboço de abordagem comparada e de recepção entre culturas

Judith Martins Costa (UFRGS)
Machado e a sociedade anônima - a ironia do cronista e a impossível modernidade jurídica

Lawrence Flores Pereira (UFMS)
As paixões shakespearianas em Machado e Rosa

► **Redação** Rafael Gloria | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE

Vitrine para jovens músicos

Sarau de Alunos do Instituto de Artes qualifica formação dos estudantes de graduação

O Sarau de Alunos do Instituto de Artes é uma atividade desenvolvida há 14 anos por Hella Frank e Flávia Alves, professoras do curso de Música. Anualmente, são realizados cerca de 40 concertos no Auditorium Tasso Corrêa. A iniciativa tem se mostrado uma ótima maneira dos futuros músicos adquirirem experiência de palco. Segundo Flávia, os participantes ganham uma performance bastante diferenciada em relação aos que se apresentam

apenas no recital de meio de curso. Todos os estudantes de graduação em Música podem participar, o único requisito é uma autorização do professor responsável. Conforme Hella, cerca de cinco horas em média se apresentam nos saraus, mas a frequência se altera de acordo com a época do ano: no início do semestre, as peças ainda estão sendo estudadas, logo as participações são menores. A duração do recital, nesse caso, é próxi-



ma de 50 minutos. Ao longo do ano letivo, com as composições já treinadas, o número de alunos aumenta consideravelmente, chegando perto de duas horas de apresentações.

O repertório dos concertos varia conforme o instrumento escolhido. Normalmente, são peças eruditas tradicionais, contudo, alunos do Bacharelado em Música, com ênfase em Composição, podem apresen-

tar suas criações. A oportunidade de exibir as próprias produções é um dos grandes atrativos da série de concertos, e o público vem apoiando essa iniciativa: os 324 lugares do auditório são cada vez mais disputados. Para a professora Flávia, especialista em violão, "há um público relativamente fixo, que prestigia os alunos".

O sucesso do Sarau gerou ramificações em ambientes

externos à UFRGS. Um dos projetos mais interessantes aconteceu no Lar Moriá, clínica geriátrica de São Leopoldo, que promove eventos culturais para seus pacientes e os transmite em circuito fechado de TV para os quartos dos moradores incapazes de se deslocar ao local do concerto. Há outras programações regulares, como o Sarau no Hospital de Clínicas, destinado a pacientes em tratamento na

oncologia pediátrica, e o Sarau Jr., para crianças da periferia.

A partir do início deste semestre, o Sarau de Alunos retoma suas apresentações sempre nas segundas-feiras, começando às 17h, no Auditorium Tasso Corrêa. A entrada é franca. A programação semanal pode ser consultada em www.artes.ufrgs.br. Outras informações através dos telefones 3308-4325 e 3308-4318.

CINEMA

Cinema mudo

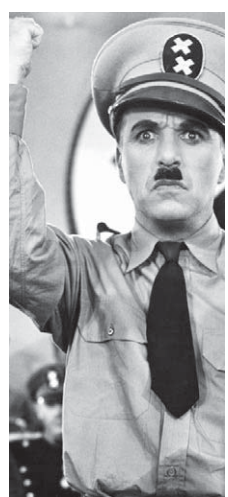
Ciclo em homenagem ao cineasta e comediante norte-americano Buster Keaton.

BOXE POR AMOR (EUA, 1926, 71min.), de Buster Keaton
Jovem tenta impressionar os pais da amada fazendo-se passar por lutador de boxe.
Sessões: 11, 19 e 22 de agosto
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca

CAPITÃO BILL JR. (EUA, 1928, 69 min.), de Buster Keaton e Charles Riesner
Rapaz bem-educado reencontra o pai, capitão de um barco a vapor, e precisa assumir os negócios da família.
Sessões: 12 e 21 de agosto
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca

A GENERAL (EUA, 1927, 75 min.), de Buster Keaton e Clyde Bruckman
Durante a Guerra Civil Americana, jovem rejeitado pelo exército confederado resolve vencer o conflito com a ajuda da General, sua querida locomotiva.
Sessões: 13 e 18 de agosto
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca

BANCANDO O ÁGUIA (EUA, 1924, 44min.), de Buster Keaton e Roscoe Fatty Arbuckle
Projecionista de cinema que deseja tornar-se detetive disputa o amor de uma jovem com um rival mau caráter.
Sessões: 14, 15 e 20 de agosto
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca



Semana Charles Chaplin

TEMPOS MODERNOS (EUA, 1936, 87 min.), de Charles Chaplin
Operário de uma linha de montagem enlouquece pela monotonia frenética do seu trabalho. Curado de sua crise nervosa, e desempregado, deixa o hospital para começar vida nova, mas encontra uma crise generalizada.
Sessões: 11 e 14 de agosto
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

O GRANDE DITADOR (EUA, 1940, 128 min.), de Charles Chaplin
Utilizando técnicas do cinema mudo, o genial diretor inglês faz uma crítica mordaz à ansia de poder de Hynkel, alterego de Hitler. O clímax do filme é o célebre discurso final, um libelo ao triunfo da razão sobre o militarismo.
Sessões: 12 e 15 de agosto
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

Antropologia no cinema

Documentários sobre antropologia urbana e etnográfica nas cidades brasileiras. Mostra do Núcleo de Antropologia Visual da UFRGS e Sala Redenção.

DO CONCRETO AO PÓ (BRA, 2007, 25 min.), de Anelise Guterres
Sessão: 19 de agosto, terça-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

A CIDADE E SUAS RUÍNAS (BRA, 1998, 25 min.), de Ana Luiza Carvalho da Rocha
Sessão: 19 de agosto, terça-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h30min
Entrada franca

NARRADORES URBANOS (BRA, 2006/2007/2008, 73min.), de Ruben Oliven, Gilberto Velho e José G. Magnani
Sessão: 20 de agosto, quarta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

O JOGO DO PAUZINHO (BRA, 2007, 24 min.), de Cornélia Eckert
Sessão: 21 de agosto, quinta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h30min
Entrada franca

O TEMPERO DO MERCADO (BRA, 2008, 20 min.), de Rafael Devos e Viviane Vedana
Sessão: 21 de agosto, quinta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h30min
Entrada franca

100 anos de Mário Peixoto

Em comemoração ao centenário do cineasta brasileiro Mário Peixoto, sessão especial comentada pelo professor, pesquisador e responsável pelo seu acervo em Porto Alegre, Michael Korfmann.

LIMITE (BRA, 1931, 120 min.), de Mário Peixoto
Filme que deixou marcas no cinema brasileiro, sendo eleito várias vezes como a melhor produção nacional de todos os tempos. A produção aborda a passagem do tempo e a condição humana. Versão restaurada.
Sessão: 25 de agosto
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca



Primárias Kennedy e a campanha presidencial de 1960

(EUA, 1960, 60min.), de Robert Drew
O registro da ascensão de John F. Kennedy à presidência dos Estados Unidos, durante as eleições primárias que escolheram o candidato do Partido Democrata em 1960.
Sessões: 25 a 28 de agosto
Local e horário: Sala Redenção, às 13h
Entrada franca



IV Ciclo de cinema gênero e sexualidade

Iniciativa do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero da Faculdade de Educação e Sala Redenção. Após a sessão, debate.

ELSA E FRED (ARG/ESP, 2005, 108 min.), de Marcos Carnevale
Casal de idosos descobre que nunca é tarde para dar mais uma chance à vida e ao amor.
Sessão: 28 e 29 de agosto, quinta e sexta-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

Cinedebate Liga dos Direitos Humanos

Projeto mensal da Faculdade de Educação. Após cada sessão, debate com convidados.

JUSTIÇA (BRA, 2004, 100 min.), de Maria Augusta Ramos
Documentário sobre a rotina de um tribunal de Justiça carioca que traça um perfil das pessoas que fazem o dia-a-dia da instituição.
Sessão: 26 de agosto, terça-feira
Local e horário: Sala Redenção, às 19h
Entrada franca

EXPOSIÇÃO

UNIARTE - Projeto de Graduação em Artes Plásticas 2008/1

Mostra da produção dos egressos em Artes Plásticas do Instituto de Artes. Os trabalhos abrangem diversas mídias, como pintura, desenho, vídeo e fotografia. Debates e encontros com artistas também integrarão a exposição.
Curadoria: Alexandre Ricardo dos Santos
Abertura: 20 de agosto, quarta-feira, às 19h.
Visitação: 21 de agosto a 11 de setembro.
Local e horário: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, de segunda à sexta-feira, das 10h às 18h
Entrada franca

MÚSICA

Recital da Orquestra de Câmara da Ulbra

Apresentação comemorativa ao centenário do Instituto de Artes da UFRGS.
Data: 28 de agosto, quinta-feira
Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, às 19h30min
Entrada franca

Unimúsica Mostra de alunos

Espectáculo com os grupos *Renascentes*, *Musical amizade* e *Anahatta*. No repertório, composições próprias e releituras.
Data: 2 de setembro, terça-feira
Local e horário: Sala II do Salão de Atos, às 19h
Entrada franca

CURSOS & PALESTRAS

Introdução à interpretação teatral: corpo, voz, ação

Curso organizado pelo Departamento de Arte Dramática (DAD).
Período: agosto a setembro
Local e horário: DAD, módulo básico, terças e quintas-feiras, das 19h às 21h; módulo de montagem, segundas e quartas-feiras, das 19h às 21h30min
Matrícula: 11 de agosto, no DAD, das 18h às 20h
Valores: R\$ 290 (à vista) ou R\$ 360 (quatro parcelas)
Informações: 3249-3199 ou pelo e-mail joanaufrgs@gmail.com

Seminário 1968: o ano que jamais terminará

Encontro promovido pelo Departamento de História do IFCH para discutir as conquistas da década de 60. Entre os temas em debate: as mudanças no Brasil no ano de 1968 e a música de protesto na América Latina.
Período: 5, 12, 20, 28 de agosto e 12 de setembro
Local e horário: Sala II do Salão de Atos, das 18h30min às 22h30min
Ingresso: R\$ 5 por palestra

A espiritualidade, objeto da ciência?

Ciclo de palestras realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Transdisciplinares em Espiritualidade da Faculdade de Educação.
Data: 18 de agosto, segunda-feira
Local e horário: sala 101 da Faculdade de Educação, das 19h às 22h
Inscrições: site da FAURGS (www.faurgs.ufrgs.br), ao custo de R\$ 20

ESPECIAL

Fronteiras do Pensamento Copesul Braskem

O foco do Seminário é o debate sobre a arte e a linguagem na cultura contemporânea. É discutido o sentido da cultura no nosso tempo, seja no cinema, na música, ou em qualquer outra forma artística. As palestras ocorrem nas segunda-feiras, no Salão de Atos. Os ingressos estão esgotados.



18 de agosto Win Wenders

Conferência com o cineasta que preside a Academia de Cinema Europeu, considerado um dos pais do chamado "novo cinema alemão" nos anos 70. Premiado diversas vezes na categoria de melhor diretor, ou melhor filme em alguns dos mais renomados festivais do mundo. Uma de suas últimas conquistas foi pela produção *O hotel de um milhão de dólares* (2000), pela qual ganhou o Urso de Prata no Festival de Berlim.

ONDE?

AUDITORIUM TASSO CORRÊA
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4318

DAD
Rua General Vitorino, 255
Fone: 3308-3559

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Av. Paulo Gama, s/nº
Fone: 3308-3120

INSTITUTO DE ARTES
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4318

MUSEU DA UFRGS
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3436

PINACOTECA BARÃO DE SANTO ÂNGELO
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3316-4302

SALÃO DE ATOS
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

SALA REDENÇÃO
Luiz Englert, s/nº
Fone: 3308-3390

Meu Lugar na UFRGS



BRUNA GOSS/JU

Centro das atenções

Bolinha está doente. A cadela vira-lata de pêlo preto, com traços marrons, rosto fino e orelhas pontudas — lembrando um lobo — reside a uma semana no Hospital de Clínicas Veterinárias (HCV) da UFRGS. Seus ganidos acusam a dor causada por um forte problema no estômago, mas, na realidade, também têm o propósito de chamar a atenção da veterinária Irene Breitsameter. E eles surtem efeito. A médica, funcionária do hospital há cerca de 25 anos, acarícia de leve Bolinha, que faz charme e se acalma. A agulha em sua pata traseira denuncia onde a cadela se encontra: a sala de soro, uma pequena peça coberta de lajotas brancas, com luz fluorescente pálida. No local, há também algumas celas onde descansam outros animais de pequeno porte, especialidade da veterinária.

Na sala de soro, o tempo de tratamento dos pacientes é prolongado e exige muito cuidado e atenção, o que acaba tornando o ambiente um lugar acolhedor para trabalhar, principalmente, segundo Irene, devido ao maior contato com os animais. A maioria dos cães e gatos que passam pela sala são filhotes, de diferentes raças e condições. Para a médica, o trabalho é compensador, “porque, às vezes, chegamos tristes e eles nos animam”.

A funcionária não está sozinha no seu local favorito na UFRGS. Além de outros colegas de ofício, há também os alunos do curso de Veterinária, que estagiam no setor e aprendem sobre a parte prática da profissão: como fazer a aplicação de medicamentos e lidar com os animais. Apesar de ter trabalhado por sete anos como professora estadual, lecionando na instrução de crianças e também no ensino adulto, Irene não faz parte do corpo docente da Universidade. Com o passar do tempo, a ex-professora passou a interessar-se pela questão da educação ambiental e, a partir disso, a escolha do curso foi natural.

Formada em 1985 pela UFRGS, com mestrado na área de análises clínicas pela UFSM, Irene emociona-se quando lembra os casos mais marcantes ocorridos na sala de soro. Felizes são as histórias dos bichos que conseguem se recuperar de uma doença grave, ou daqueles que são seus pacientes há muito tempo, e que alcançam os 15 ou 16 anos — idade avançada para animais de pequeno porte. Com eles, criam-se laços

muito fortes. Entretanto, nem tudo é alegria; o rosto da médica fica sombrio quando perguntada sobre os casos tristes. Ela relata um fato recente: “Hoje, na sala de soro, morreu um filhote da raça boxer de parada cardíaca. Ficamos ali um tempo chorando, eu e a gurizada que trabalha aqui. A gente se envolve muito com o trabalho”.

Para salvar o maior número de pacientes, Irene utiliza-se de outra especialidade sua: a homeopatia, um tratamento diferenciado que trabalha com o reequilíbrio da energia vital do paciente. Esse modo de combater doenças vem crescendo nos últimos tempos devido à facilidade de administração do remédio e a suavidade dos seus efeitos. A veterinária, que começou a estudar homeopatia há 12 anos, diz que “a aceitação no Hospital ainda é complicada, pois existe uma barreira cultural que precisa ser transposta”. Apesar disso, ela lembra que o HCV foi um dos primeiros no Brasil a utilizar esse procedimento. O soro que trata a vira-lata Bolinha é um composto baseado nos princípios homeopáticos.

Quase uma extensão da veterinária Irene Breitsameter, a sala de soro é o lugar em que ela passa o maior período de tempo no hospital. É também lá que cuida dos animais com toda a paixão e profissionalismo que sempre exerceu em seus 25 anos de carreira. Bolinha pode ficar descansada, porque sua médica ficará por perto. A veterinária continuará tratando a cachorrinha, que mesmo tão pequena e doente, reage aos recorrentes afagos, como se fizesse pose para uma foto, ou manha para as pessoas ao redor. Afinal, ela é o centro das atenções. E é desse modo que Irene vê a sala de soro: um local especial para os seus pacientes, onde todos são tratados com profissionalismo e carinho. Rafael Gloria — estudante do 3º semestre de Jornalismo na Fabico

Esta coluna é resultado de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas de televisão com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET nas segundas, terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 21h30min.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história — ou a de alguém que você conheça — com esse local

Perfil Amigos para sempre

Dona Anna 40 anos de muito trabalho e o carinho dos estudantes do Ceue

Jacira Cabral da Silveira

Anna Ely Pires Taborda trabalhou durante mais de 40 anos na biblioteca do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (Ceue) da UFRGS. Mas nem mesmo sua aposentadoria, em 2004, afastou os estudantes desta senhora que guarda o vigor da menina do Alegrete que veio morar em Porto Alegre em 1939, com os pais, dois irmãos e uma irmã. Em seu endereço atual, um ensolarado apartamento na Borges de Medeiros, quase em frente à praça Daltro Filho, ela recebe a visita de ex-alunos como Rafael e Thiana, que hoje vivem em Manaus: “Ele veio me visitar assim que me muidei”, comenta, lembrando a última vez que Rafael viajou ao Sul.

Tanto carinho não é de estranhar, pois Thiana não é a única que ainda recorda as tardes de “conversas tão boas, tomando chá e comendo batinhas”, promovidas por dona Anna na biblioteca. “(...) Lembramos com muita saudade daqueles tempos do Ceue. Foi uma época tão boa! Sentimos muito a falta da senhora, que com o seu jeito especial fez com que nossos anos na UFRGS fossem melhores.” As cartas da estudante são tão valiosas como as placas de homenagem que Anna recebeu do Ceue e da Universidade pelos longos anos de “dedicação, amizade e paciência”. Tudo guardado em uma caixa especial trazida para a sala para ilustrar a entrevista.

Conversa que começou às dez horas da manhã de uma quarta-feira, adiando a leitura dos jornais diários, deixados num cantinho do sofá para ler mais tarde. Ao lado, o livro *Uma verdade inconveniente* de Al Gore também espera, mas este para ser emprestado para uma segunda amiga. É que dona Anna adora ler e continua estimulando a leitura daqueles que vivem ao seu redor. Ela tem todo um esquema de trocas de periódicos muito bem montado com outras moradoras do seu edifício: as suas assinaturas do *Jornal do Comércio* e da *Zero Hora* até o final do dia passam por suas mãos e por mais duas vizinhas, e de uma outra recebe as revistas semanais *Veja* e *Caras*. “Tem dias que não dá para ler tudo”, comenta. Isso sem falar na pasta com recortes sublinhados, todos com destino certo: “Leio uma coisa interessante e guardo para um e outro”.

Quando foi nomeada na UFRGS em 1962, já havia atuado por um ano como contratada pela diretoria do Centro de Estudantes, acumulando a função de bibliotecária e atendente da lojinha do Ceue. “Fiquei de bolicheira, como eu digo.” Quanto aos estudos, diz que não fez faculdade, mas foi aluna dos colégios Paula Soares, Americano e Júlio de Castilhos, onde cursou apenas o primeiro ano do científico: “Não entendia aquelas coisas de Química e de Física”, brinca. Antes de 1962, trabalhou por nove anos na Pan Air do Brasil,



Dona Anna (à dir.) e a vizinha Araci, companheira das tardes “noveleiras”

FLAVIO DUFRÁ/PROJETO CONTATO

onde conheceu o futuro marido, Armando, com quem casou em 1961, falecido há 13 anos. Eles moraram durante 30 anos na avenida Independência, perto do Colégio Rosário. Não tiveram filhos, mas Anna se diz avó “postíça” do filho de seu enteado, que mora com a família no Rio de Janeiro, para onde ela e o marido viajavam todos os anos nas férias ou de visita.

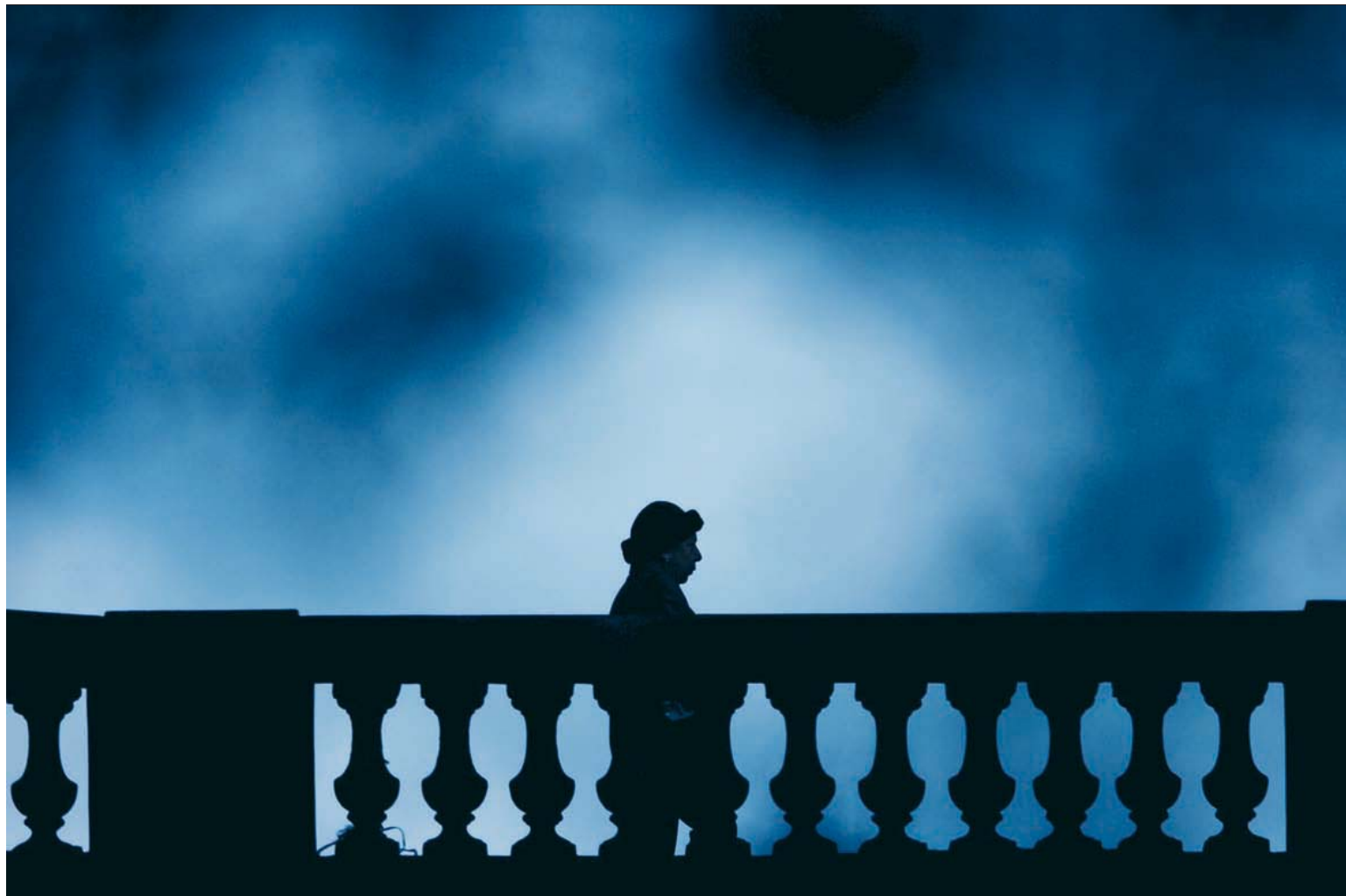
Em 1991, assinou sua primeira aposentadoria, mas reassumiu como funcionária do Ceue pouco tempo depois, a pedido dos estudantes, trabalhando por mais 15 anos. Agora, “como o Lula me paga para eu ficar em casa”, ocupa parte do seu dia, que começa lá pelas 5h — quando toma chimarrão lendo os jornais na sacada —, assessorando a síndica nas lidas com o condomínio. E como tudo a volta de dona Anna tem vestígios da sua organização, característica possivelmente herdada dos anos à frente de uma biblioteca, tanto nos elevadores quanto ao lado do telefone no corredor de seu apartamento existem lembretes. Os elevadores são velhos, não podem exceder na carga, o que justifica o alerta. Há anos, a filha de uma amiga “aluga” um quarto em seu apartamento, o que explica a anotação de alguns acordos ao lado do telefone.

Só que, em nenhum momento, tais recados denotam a imposição de uma pessoa ranzinza. É difícil acreditar que alguém possa ficar triste ao lado de dona Anna, que aos 80 anos de idade não tem problemas de saúde, nem fica lamentando a vida. Encarrega-se de fazer novas cópias de

chaves para vizinhos, providencia bem-feitorias no prédio, prevendo possíveis problemas futuros, como os corrimões que mandou colocar nas áreas de circulação para tantas pessoas idosas que moram no prédio. Precauções que adota consigo: evita sair à noite ou em dias de chuva “para não pegar resfriado”.

“Não sou uma pessoa depressiva, graças a Deus.” Disposição que compartilha com a vizinha Araci, nome de sua mãe, motivo que uniu ainda mais as duas, até porque Ana era o nome da madrinha de Araci. A amizade começou no dia em que foi conhecer o apartamento que estava à venda. As duas se encontraram no corredor e, depois das apresentações costumeiras, quando perceberam a coincidência dos nomes, previram o que se daria no futuro. E não erraram. “Até às 19h15min assisto TV com ela, depois volto para casa, tomo meu lanche, assisto o *Jornal Nacional* e vou dormir.” Boa noite, Anna. Boa noite, Araci. (Talvez leiam juntas a matéria.)

Em 1991, ela aposentou-se, mas retornou pouco tempo depois como funcionária do Ceue, a pedido dos estudantes



A estética do Frio

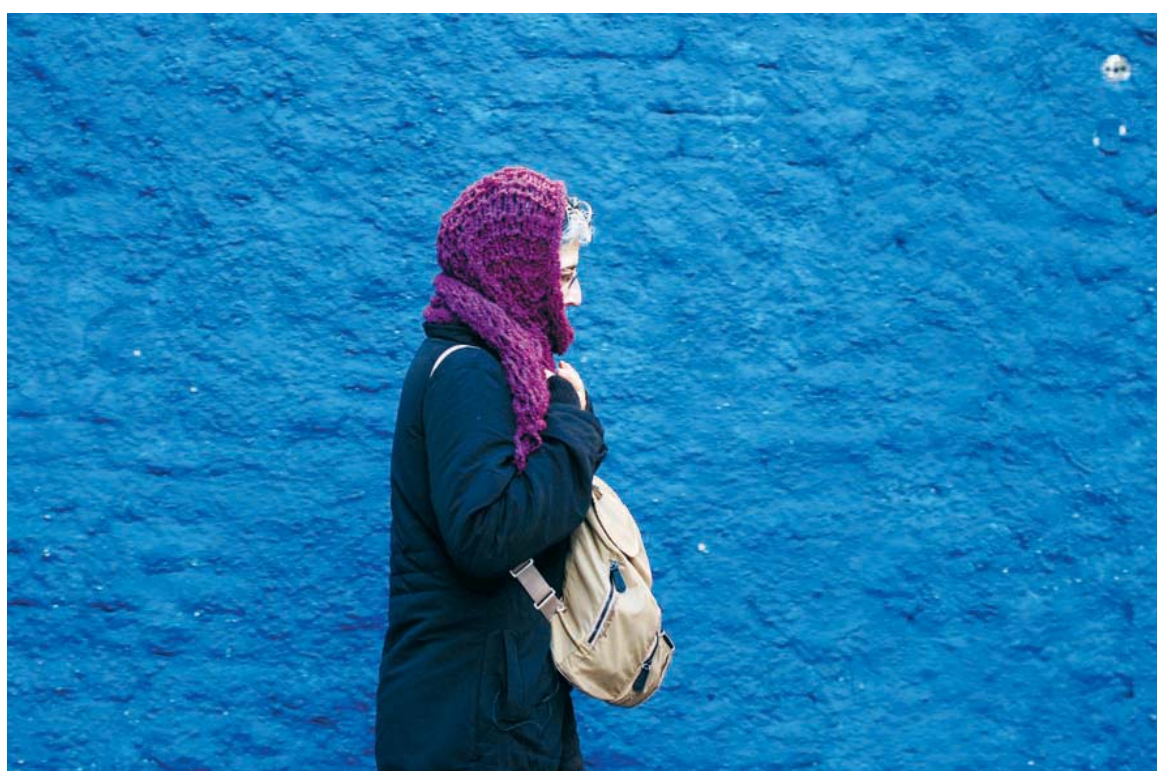
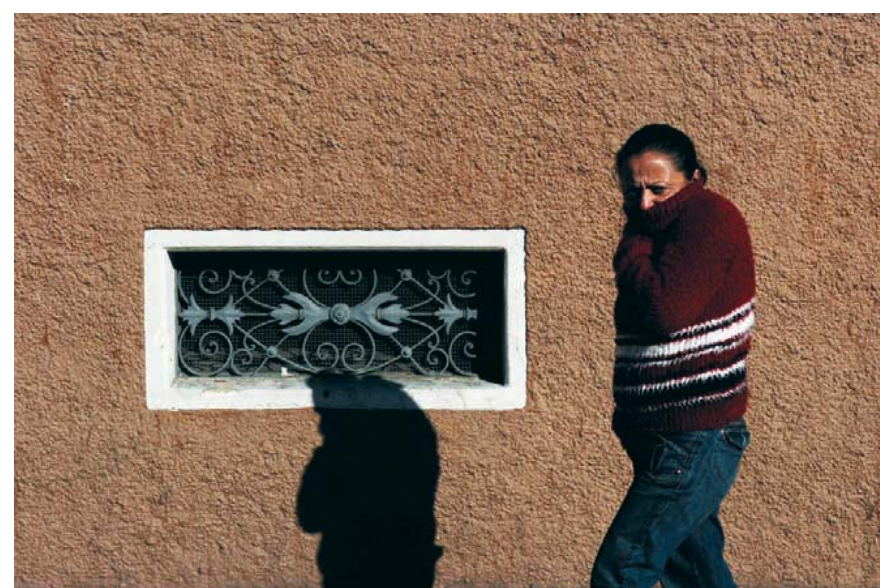
FOTOS **DANIEL MARENCO** / TEXTO **STELA RATES**

DIZEM QUE A GEOGRAFIA de um lugar molda o temperamento de seus habitantes. Não saberia dizer quanta verdade há nisso, mas tendo a concordar. Nas bordas do sul da América do Sul, o tempo anda na cadência bem marcada das estações, numa aproximação dos ritmos esperados para a vida. Mas é o inverno que nos dá o tom. Quem por aqui nasceu não raro sente não haver, em tempo ou lugar algum, invernos como os de sua meninice. O frio está na infância. É a marca de nossa ancestralidade.

Não é um frio sem tréguas ou incapacitante, como nos extremos da terra. Nem cinza e úmido, dia após dia, como no Velho Mundo. Nosso frio tem cor e pode ser segurado no peito. É também recatado. Na maioria das vezes, nos nega o deslumbramento da neve. Incerto, como um animal caprichoso, traz chuva miúda, manhãs brumosas, tardes ensolaradas.

Nosso frio é domado em volta do fogo. Fogo de chão, da lareira, do fogão a lenha, das espiriteiras, das velas, dos braseiros, das fogueiras de papel sob os viadutos e pontes. Assim, munidos de nossa força original, sobrevivemos às casas sem calefação, ao vento que corta, às noites longas e aos campos esbranquiçados de geada.

Nas cidades, nos salvam os aquecedores, os cachecóis e os cafés, que estilizam nossa busca atávica de calor e convívio. Um mate quente ou um bom vinho também ajudam. E o abraço acontece essencial, numa noite de inverno.



DANIEL MARENCO
É JORNALISTA FORMADO PELA UNISINOS E REPÓRTER FOTOGRÁFICO DO JORNAL ZERO HORA

STELA RATES
É PROFESSORA DA FACULDADE DE FARMÁCIA DA UFRGS E FOTÓGRAFA